

# Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação cai pelo 4º mês seguido ..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação recua 0,3% em setembro, 4ª queda seguida ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação tem queda pelo quarto mês seguido ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda acena a PMEs para mudar tributação sobre grandes empresas ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - PME  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DAS em atraso pode causar perda de CNPJ ..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Itens importados declarados devem chegar a 70% em outubro ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compras de pequeno valor podem ter alíquota de 28% ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf libera contribuinte de pagar tributos sobre mercadoria roubada ..... 12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍCIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF e Receita Federal combatem o contrabando ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração da folha avança no Senado ..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração da folha de Pagamento vai a plenário ..... 17

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração da folha pode continuar até 2027 ..... 18

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

CAE do Senado aprova prorrogação ..... 19

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Municípios retirados da desoneração ..... 20

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

STJ discute ação que pode desonerar folha e tirar recursos do Sistema S ..... 21

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Plenário do Senado deve analisar desoneração da folha de 17 setores da economia nesta quarta-feira**

..... 23

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Lupi promete fim do home Office no INSS**.....25

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Lupi pretende retomar trabalho 100% presencial nas agências em 2024**.....26

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Revogação da reforma previdenciária será estudada**.....27

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6**.....29

PORTAL R7 - NACIONAL - RENDA EXTRA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Justiça libera mais R\$ 1,9 bilhão de atrasados a aposentados do INSS**.....31

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

**É possível se aposentar com R\$ 3,30 por dia e ganhar mais que o INSS, como promete Thiago Nigro?**

..... 32

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Calendário INSS outubro: Quais os dias de pagamento da aposentadoria?**.....33

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

**Saque-aniversário do FGTS pode sofrer mudanças? Veja as regras em vigência**.....34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reforma tributária: relator apresenta texto nesta quarta-feira**.....36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Relator deve criar dois tipos de cesta básica**.....37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Fundo de desenvolvimento deve chegar a R\$ 60 bi**.....38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Tributária: Fazenda quer até R\$ 60 bi em fundo**.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Tributação em padrão mundial fará bem ao país - LU AIKO OTTA**.....40

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Relator da tributária sinaliza com fundo a Estados de R\$ 60 bi**.....42

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Compensação por perda com ICMS ..... 43

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: vídeo explica o que vai mudar na cobrança de impostos ..... 44

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: texto do relator Eduardo Braga será apresentado hoje no Senado. Veja os próximos passos ..... 45

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária vai ler nesta quarta parecer com previsão de mais dinheiro para estados ..... 46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Estados garantem R\$ 27 bi por redução de ICMS sobre combustíveis ..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Black Friday deve crescer 12%, mas não vai recuperar perdas ..... 49

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Brasil deve ficar estagnado em poder de compra, aponta Fundo ..... 51

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

53% dos brasileiros acreditam em melhora na economia ..... 52

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Para 53% dos brasileiros, economia deve melhorar nos próximos 6 meses - TRIBUNA ..... 53

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar abre em alta, acompanhando valorização de títulos americanos ..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dólar volta a ficar abaixo dos R\$ 5 ..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
ECONOMIA

Fundos de debêntures incentivadas crescem ..... 57

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

Você sabe montar uma carteira de investimentos? (PagBank) ..... 59

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

8 dicas para se tornar um empreendedor investidor e criar mais valor (PagBank) ..... 61

# Arrecadação cai pelo 4º mês seguido

A arrecadação federal de **impostos**, contribuições e demais receitas somou R\$ 174,31 bilhões em setembro, uma queda de 0,34% em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo os dados, divulgados pela **Receita Federal**, este é o quarto mês consecutivo de queda real (descontada a **inflação**) neste ano. A retração foi puxada pelas receitas administradas por outros órgãos, que apresentaram queda real de 13,09% em setembro, ante o mesmo mês de 2022.

De acordo com o Fisco, o resultado pode ser explicado por alterações na **legislação tributária** e por pagamentos atípicos, especialmente do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que caíram 15,7% em relação ao ano anterior.

O Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados caíram 16,1% e 5,7%, respectivamente, impulsionados pela queda no volume de importações e pela variação cambial. Por outro lado, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) cresceu 7,7%, puxado pela reversão de desonerações tributárias.

A Receita tem afirmado que a queda dos preços de commodities, como petróleo e minério de ferro, tem afetado negativamente a arrecadação neste ano. Tiago Sbardelotto, economista da XP, explicou que a queda das commodities e a desaceleração econômica afetaram tanto os **impostos** sobre lucros quanto o Imposto de Importação.

"É importante observar que a reversão das reduções de **impostos** sobre a gasolina e o etanol no PIS/Cofins implementadas desde julho, a exclusão dos créditos de ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins a partir de junho, e outras medidas tomadas para aumentar a receita tributária, como o programa de redução de litígios, não foram suficientes para reverter a tendência de queda no segundo semestre deste ano", observou.

Sbardelotto destacou que as quedas eram esperadas, pois a arrecadação de **impostos** em 2022 estava muito acima dos níveis históricos, mas frisou que a receita mais baixa certamente deve criar dificuldades para o governo atingir a meta de equilíbrio primário em 2024. "Continuamos esperando uma nova desaceleração na arrecadação de **impostos** nos próximos meses. O atual pico dos preços do petróleo

poderia proporcionar algumas receitas adicionais no fim deste ano, se permanecerem assim por algum tempo, mas isso não seria um divisor de águas", avaliou.

No período acumulado de janeiro a setembro, a arrecadação alcançou o valor de pouco mais de R\$ 1,6 trilhão, ainda mantendo acréscimo, de 0,64%, em relação ao ano passado. (RG)

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5214/25-10-2023.html?all=1>

# Arrecadação recua 0,3% em setembro, 4<sup>a</sup> queda seguida

**RENAN MONTEIRO**

A arrecadação com impostos, contribuições e demais receitas do governo registrou queda real (após descontada a inflação) de 0,34% em setembro deste ano, ficando em R\$ 174,3 bilhões.

No mesmo período do ano passado, este total havia ficado em R\$ 174,9 bilhões.

A informação foi divulgada ontem pela Secretaria da Receita Federal.

Essa foi a quarta queda mensal consecutiva. A equipe econômica vem mostrando preocupação com a arrecadação mês a mês. Um dos motivos já citados é o menor recolhimento de Imposto de Renda de pessoas jurídicas.

A redução de setembro foi influenciada pela queda dos valores arrecadados com o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e também com a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). No mês passado, esses dois tributos federais totalizaram uma arrecadação conjunta de R\$ 25,2 bilhões.

Em setembro de 2022, o total arrecadado com esses dois impostos foi de R\$ 29,9 bilhões.

Ou seja, houve queda de R\$ 4,7 bilhões.

Por outro lado, houve aumento de R\$ 2,63 bilhões na arrecadação do PIS/Cofins.

A Receita cita o crescimento do volume de vendas e serviços, além da reoneração nos preços de combustíveis.

De janeiro a setembro de 2023, em valores corrigidos pelo IPCA, a arrecadação somou R\$ 1,710 trilhão, contra R\$ 1,723 trilhão no mesmo período de 2022.

Para explicar a queda, outro argumento citado pela Receita é que os preços mais elevados das commodities em 2022 - como petróleo e minério de ferro - elevaram a base de arrecadação daquele ano.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Arrecadação tem queda pelo quarto mês seguido

**Jéssica Sant"Ana**

Reforçando a perspectiva de desaceleração da atividade econômica, a arrecadação federal caiu pelo quarto mês consecutivo em setembro.

Segundo dados divulgados pela **Receita Federal**, a arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 174,316 bilhões no mês passado, queda real de 0,34%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em agosto, o recuo na arrecadação foi de 4,14%. Em julho, de 4,20%. Já em junho, de 3,37%. Os dados são sempre na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Segundo Ítalo Franca, economista do Santander, os próximos resultados também devem trazer desaceleração nas receitas, em linha com a atividade econômica e queda dos preços das commodities.

"O tamanho da desaceleração da arrecadação será um elemento-chave para o impacto da futura consolidação fiscal, especialmente à luz da ambiciosa meta primária para 2024", escreveu o economista em relatório.

Já no acumulado de janeiro a setembro deste ano, arrecadação atingiu R\$ 1,692 trilhão, queda real de 0,78%. Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, destaca que o resultado acumulado do ano continua apontando para a tendência de desaceleração nas receitas administradas, que respondem quase pela totalidade da arrecadação federal.

"Apesar da melhora na arrecadação de PIS/Cofins neste semestre, devido à volta da cobrança do imposto sobre os combustíveis, a queda no IRPJ ainda é bem expressiva e já acumula 8,8% no ano. A redução nos preços das commodities e a desaceleração da **inflação**, inclusive com deflação no IGP-M no período, contribuem em parte para perda de receita", diz a economista.

Outro destaque negativo, destaca Vitória, tem sido a queda da importação no ano, que até setembro foi de 12%.

De acordo com os dados divulgados pela Receita, o recuo de 0,34% na arrecadação em setembro é explicado, principalmente, pela queda na receita com o Imposto de Importação e IPI-Vinculado, que tiveram uma baixa de 16,09% na comparação com o mesmo mês de 2022, somando apenas R\$ 6,586 bilhões. Outro destaque negativo foi o IRPJ e a CSLL, com R\$ 25,214 bilhões, queda real de 15,68%.

Por outro lado, a arrecadação com os **tributos** PIS/Pasep e Cofins foi um dos destaques positivos em setembro, com crescimento real de 7,71%. Outro destaque foi o Imposto de Renda cobrado de residentes no exterior, que somou R\$ 4,932 bilhões, crescimento real de 32,96%. Já a receita previdenciária ficou em R\$ 49,096 bilhões, alta de 1,97%.

Considerando somente as receitas administradas pela **Receita Federal**, houve alta real de 0,19% no mês passado, atingindo R\$ 168,205 bilhões. No ano, as administradas somaram R\$ 1,611 trilhão, crescimento de 0,64%. Já a receita própria de outros órgãos federais (inclui os dados de royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 6,110 bilhões em setembro, queda real de 13,09%. No ano, a arrecadação de outros órgãos alcançou R\$ 80,69 bilhões, número 22,55% menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.

A Receita também informou que o governo deixou de arrecadar R\$ 104,385 bilhões de janeiro a setembro deste ano por causa de desonerações tributárias. O dado representa aumento de R\$ 20,876 bilhões em relação ao mesmo período de 2022.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231024/>

# Fazenda acena a PMEs para mudar tributação sobre grandes empresas

**BIANCA LIMA**

De olho na retomada da pauta econômica no Congresso Nacional, que vive dias de paralisia em meio a insatisfações de lideranças com o governo federal, secretários do Ministério da Fazenda se reuniram ontem com deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

O objetivo foi conseguir o apoio da bancada ligada às pequenas e médias empresas para destravar um dos principais projetos arrecadatórios do governo: aquele que altera a tributação sobre as grandes companhias que recebem benefícios fiscais dos Estados.

O texto é uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pode garantir R\$ 26,3 bilhões aos cofres públicos em 2024.

A proposta, porém, sofre críticas das empresas abertas, que veem violação à segurança jurídica, e enfrenta resistências dentro do Congresso. Para facilitar a tramitação, o governo substituiu a medida provisória sobre o tema por um projeto de lei com regime de urgência.

A nova versão, segundo a Fazenda, deixa claro que não haverá impacto na atuação da Sudam e da Sudene, as superintendências ligadas à Amazônia e ao Nordeste, respectivamente, e explicita que os benefícios já concedidos serão respeitados.

"Nós temos bilhões em subvenção para grandes empresas que prejudicam os pequenos e médios negócios em um cenário de concorrência desigual", afirmou o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello.

Ele diz que não é contra benefícios fiscais, mas que o desenho atual desse incentivo prejudica a economia do País.

"Está fazendo mal para pequenas empresas, pequenos municípios, aos Estados e ao governo federal", disse. "E muitos desses incentivos acabam virando aumento de margem de lucro para as grandes empresas", complementou, frisando que os benefícios ligados a investimentos não terão as regras alteradas - apenas os que estão atrelados ao custeio.

VALORES. A **Receita Federal** calcula que os benefícios concedidos pelos Estados, chamados de subvenções, reduziram a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que é um tributo federal, em R\$ 150 bilhões em 2022 - e que essa cifra chegará a R\$ 200 bilhões neste ano.

A reclamação é de que as subvenções concedidas por governadores impactam, indevidamente, a arrecadação da União em um momento em que o governo está comprometido com metas fiscais ambiciosas. O efeito também é sentido nos fundos de participação de Estados e municípios, que recebem uma fatia do IRPJ. Os fundos ajudam a abastecer os caixas, principalmente, das cidades menores.

"No próximo ano, serão R\$ 250 bilhões, R\$ 300 bilhões (de redução da base do IRPJ). Até onde a gente vai? Uma hora vai ter de aumentar a tributação de todo mundo, porque a conta precisa fechar. E quem vai pagar o pato? Vai começar pelas micro e médias empresas, que não estão no lucro real", afirmou o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

O chefe do Fisco destacou que apenas as companhias que declaram pelo sistema de lucro real e faturam mais de R\$ 78 milhões por ano podem fazer esse tipo de abatimento. "Ou seja, 98% das empresas brasileiras não podem", afirmou. "Quando não há essa tributação (do IRPJ), repito: você está quebrando os concorrentes que não têm essa vantagem competitiva", destacou Barreirinhas.

Em maio, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as empresas só poderiam abater dos **tributos** federais (como IR e Contribuição Social sobre Lucro Líquido) os benefícios estaduais que fossem ligados a investimentos, e não a custeio - o que foi considerada uma vitória do governo.

REAÇÃO. O problema é que o litígio continuou, a arrecadação extra não veio na quantidade esperada e a Fazenda decidiu agir para regulamentar.

Só que a **Receita Federal**, reclamam as empresas, criou uma nova sistemática para esse abatimento e restringiu o seu alcance. Em vez de abater os incentivos estaduais da base de cálculo dos **tributos** federais, a companhia terá de se habilitar em um sistema online do Fisco e, uma vez autorizada,

receberá um crédito de 25% sobre o valor do benefício fiscal - o que é equivalente à alíquota do IRPJ.

Na avaliação da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), o Executivo desrespeitou decisões do Legislativo e do Judiciário com o objetivo de aumentar a carga tributária, o que representa uma "grave violação à segurança jurídica".

Cálculos

R\$ 150 bi foi a redução da base de cálculo do IRPJ com subsídios estaduais em 2022 R\$ 35,3 bi é quanto o governo quer arrecadar com mudança na tributação sobre subsídios

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# DAS em atraso pode causar perda de CNPJ

No fim de setembro, a **Receita Federal** notificou 393.678 microempreendedores individuais (MEIs) que estavam em dívida com o órgão. No total, os débitos chegavam a cerca de R\$ 2,25 bilhões. Para evitar a exclusão do Simples Nacional e, conseqüentemente, ser desenquadrado como MEI, o contribuinte deve regularizar os débitos por meio de pagamento à vista ou parcelamento.

O Documento de Arrecadação do Simples, mais conhecido como DAS, é um pagamento obrigatório para todo MEI, microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional.

Em caso de débito, podem incidir multas e juros sobre o valor. Mas a **Receita Federal** também pode excluir a empresa do regime especial de tributação, segundo o Sebrae.

Outra possibilidade é a inscrição na dívida ativa da União e cancelamento do CNPJ caso o MEI fique dois anos ou mais sem pagar o DAS e sem fazer a Declaração Anual do Simples Nacional. O CNPJ da empresa e o CPF do proprietário são incluídos nos cadastros restritivos, o que afeta o crédito.

O MEI que não pagar a DAS também pode perder os benefícios previdenciários, já que o DAS engloba também a contribuição previdenciária do microempreendedor.

Caso fique inadimplente, o MEI mantém a condição de segurado da Previdência por 12 meses após o início dos débitos. Depois desse período, ele perde direito a benefícios como aposentadoria, salário-maternidade e auxílio-doença, entre outros.

O não pagamento do DAS também leva ao aumento no tempo necessário para aposentadoria, já que o mês de atraso não entra na conta do tempo de serviço, informa o Sebrae.

Caso o empreendedor não possa quitar a dívida integralmente, é possível parcelar a dívida no Portal do Simples Nacional.

Mas isso só vale para débitos que não tenham sido enviados para cobrança em dívida ativa.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Itens importados declarados devem chegar a 70% em outubro

**RENAN MONTEIRO**

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem que o mês de outubro deve atingir a marca de 70% das remessas internacionais devidamente declaradas em solo brasileiro. A meta é atingir 100% até o fim do ano.

A mudança é vista como um dos resultados práticos do programa Remessa Conforme, lançado no meio do ano pelo Ministério da Fazenda para regularizar as importações no varejo on-line. Amazon, Shein, AliExpress e Mercado Livre e outras já aderiram.

- Para não dizer que era zero, tinha 3% de informação (declarados) antes (do programa). No mês passado, chegamos a quase 50%. Neste mês de outubro, quando fechado, teremos em torno de 70%, e certamente até o final do ano chegaremos a 100% - disse Barreirinhas.

O principal benefício desse programa é a isenção do imposto de importação para compras de até US\$ 50. Acima desse valor, continua valendo o imposto federal de 60%.

**NOVA ALÍQUOTA** Em contrapartida, as empresas precisam atender a uma série de regras, incluindo a declaração de importação e pagamento dos **tributos** antes da chegada das mercadorias em solo nacional.

-Nós saímos de uma situação em que não sabíamos o que vinha dentro dos pacotes.

Sabíamos o número de pacotes, mas para quem ia, de quem vinha, o que tinha dentro, quantas vezes aquela pessoa comprava, zero de informação - disse o secretário.

O Ministério da Fazenda estuda uma alíquota de imposto de importação para compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 251). Por enquanto, a taxa continua zerada para quem faz parte do Remessa Conforme.

As empresas também precisam pagar ICMS de 17%.

No início de setembro, o secretário- executivo da Fazenda, Dario Durigan, adiantou que o governo avalia uma alíquota de 20%. Contudo, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, a taxa estabelecida

foi de 28%.

"Essas estimativas (da taxa de 28%) foram feitas num cenário onde não havia informações confiáveis sobre esse segmento econômico. A partir do programa Remessa Conforme, com a certificação das grandes empresas do setor, será possível ter as informações mais apuradas para se avaliar uma alíquota adequada", comentou a Fazenda, em nota.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Compras de pequeno valor podem ter alíquota de 28%

**Jéssica Sant"Ana**

O governo considerou uma alíquota de 28% para o Imposto de IMPORTAÇÃO sobre as compras internacionais de baixo valor (até US\$ 50) no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, segundo nota técnica da **RECEITA FEDERAL** obtida pelo Valor.

A informação foi divulgada primeiro pelo portal Jota.

Atualmente, com o Remessa Conforme, a alíquota de IMPORTAÇÃO para compras de até US\$ 50 está zerada, no caso das empresas que aderiram ao programa. Antes, a alíquota cobrada era de 60%, mas quase ninguém pagava, porque as empresas usavam uma brecha na legislação.

O governo, contudo, já sinalizou que deve aumentar a alíquota no ano que vem, para poder arrecadar mais e também para gerar uma competição mais saudável com o varejo nacional, que alega pagar mais **tributos** que os marketplaces estrangeiros. No PLOA, o governo incluiu a expectativa de arrecadar R\$ 2,86 bilhões no ano que vem com a taxação das compras internacionais de pequeno valor.

Em coletiva de imprensa em setembro, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, havia afirmado que a projeção levava em conta uma alíquota mínima de 20%. Porém, segundo a nota técnica da Receita, o percentual considerado foi exatamente de 28%.

"A partir do valor aduaneiro potencialmente tributável em reais, aplicou-se os redutores de volume de IMPORTAÇÃO de acordo com os cenários de alteração no comportamento do contribuinte e multiplicou-se esse resultado pela alíquota do Imposto de IMPORTAÇÃO proposta (28%) para se chegar às estimativas de ganho de arrecadação apresentadas nesta nota", diz trecho da nota técnica.

O percentual redutor do volume de IMPORTAÇÃO aplicado foi de 30%, considerando que os contribuintes mudarão o comportamento a partir da taxação, ou seja, comprarão menos ou buscarão formas de não pagar o tributo. A Receita ofereceu cenários com percentual redutor de até 70%, em que a arrecadação estimada para 2024 cairia para R\$ 1,2

bilhão, mas esse não foi o cenário escolhido pelo governo.

Apesar de o governo ter considerado na proposta orçamentária a alíquota de 28%, o percentual que de fato será aplicado no ano que vem nas compras internacionais ainda não está fechado, apurou o Valor. O Fisco aguarda ter dados mais concretos sobre as remessas para fixar a alíquota.

Procurada para comentar, a Receita disse que as estimativas foram feitas "num cenário onde não havia informações confiáveis sobre esse segmento econômico". "A partir do Programa Remessa Conforme, com a certificação das grandes empresas do setor, será possível ter as informações mais apuradas para se avaliar uma alíquota adequada", informou, em nota.

Nesta terça-feira, o secretário especial da Receita, Robinson Barreirinhas, afirmou que o Fisco deve obter até 100% das declarações no âmbito do programa Remessa Conforme até o fim deste ano. O percentual de pacotes declarados até o fim de outubro, disse, deve chegar a 70%.

"O Remessa Conforme está evoluindo muito bem Não sabíamos o que tinha nos pacotes, para quem ia, quem enviou. Zero informações", falou Barreirinhas em almoço com parlamentares.

(Colaborou Guilherme Pimenta)

Governo espera arrecadar R\$ 2,9 bi em 2024 com taxação de compras de pequeno valor

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231024/>

# Carf libera contribuinte de pagar tributos sobre mercadoria roubada

**Bárbara Pombo**

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, em decisão recente, acatou o entendimento do Judiciário e liberou um contribuinte de recolher **tributos** sobre mercadorias roubadas no trajeto ao destino final. Apesar de a disputa estar pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), advogados relatam que empresas continuam sendo autuadas.

Os maiores alvos, dizem, são empresas importadoras que têm a carga roubada durante o trânsito da carga no Brasil. A **Receita Federal** entende que o roubo ou o furto de mercadoria importada não é evento de caso fortuito ou de força maior, para afastar a responsabilidade da empresa pelo pagamento de **tributos** (Ato Declaratório nº 12, de 2004).

Esse cenário, acrescentam os especialistas, acarreta em uma dupla penalidade: além de ter a carga roubada, a empresa ainda é cobrada a pagar **tributos** sobre ela.

"A decisão traz um alento e esperança aos contribuintes que ainda enfrentam essa discussão nas Delegacias de Julgamento e no **Carf**, de que seus casos serão julgados de acordo com a jurisprudência consolidada no Judiciário", afirma o advogado Luiz Gustavo Rodelli Simionato, sócio do LCSC Advogados.

Segundo advogados, a jurisprudência do **Carf** na última década é favorável ao Fisco. O STJ, por sua vez, dizem, tem liberado o transportador de pagar os **tributos**.

Há, inclusive, decisão da Corte Especial nesse sentido (REsp 1172027).

O caso analisado pela 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção do **Carf** foi da Polar Transportes Rodoviários, beneficiária de um regime aduaneiro. Esse regime permite que, após o desembarço da mercadoria, os **tributos** incidentes sobre a importação sejam suspensos durante o trânsito no Brasil até a chegada ao comprador.

Em 2005, a carga foi importada por meio do aeroporto de Guarulhos (SP), mas não chegou à Vitória (ES), que era o destino final. No deslocamento, foi roubada

por quadrilha armada nas proximidades de Aparecida do Norte (SP).

Na primeira instância administrativa, a Receita manteve a exigência do IPI, do Imposto de Importação, do PIS e da Cofins- Importação. Os julgadores entenderam que o roubo não seria capaz de afastar a responsabilidade do transportador de pagar os **impostos**.

Isso porque seria um fortuito interno, ou seja, algo previsível, que pode ser evitado, além de ser inerente ao risco da atividade econômica da empresa.

No **Carf**, no entanto, o entendimento foi diferente. Os conselheiros, por maioria de votos, aceitaram o recurso do contribuinte para anular a cobrança dos **tributos** (processo nº 10814.011520/2008-92).

Pesou para o relator, conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior, a jurisprudência do STJ. Mas, além disso, ele apontou que a Fazenda Nacional, em processos judiciais envolvendo a mesma empresa, tem desistido das ações com base no Parecer nº 7, de 2019.

"O acórdão se apresenta como ponto de virada jurisprudencial no **Carf** sobre o tema. Isso porque, diferente dos outros casos, foi adotado também aqui, como razão de decidir, a postura da PGFN, interessada na cobrança, de desistência dessa pretensão no Poder Judiciário", diz Caio Quintella, titular da Nader Quintella Consultoria e ex-conselheiro da Câmara Superior do **Carf**.

Para André Mendes Moreira, sócio da banca Sacha Calmon - Misabel Derzi Advogados, o fato de a decisão do **Carf** envolver importadora e com regime de suspensão de **tributos** é relevante. Isso porque, afirma, a jurisprudência do STJ foi formada, em grande parte, por discussões sobre exigência de IPI sobre cargas roubadas em operações internas.

Ele chama atenção, ainda, que o Parecer nº 7 autoriza os procuradores da Fazenda Nacional a não recorrerem e desistirem de processos sobre o assunto. No fim do documento, há um apontamento de que a autorização de desistência não se aplica a casos de importação e exportação.

"Não existe razão para essa diferenciação.

Se a operação não se concretizou pelo roubo da carga, o contribuinte não pode ser obrigado a pagar o imposto. Pouco importa se a mercadoria é destinada ao mercado interno", diz.

Procurada, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não deu retorno até o fechamento da edição.

"Acórdão se apresenta como ponto de virada jurisprudencial" Caio Quintella

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231024/>

# PF e Receita Federal combatem o contrabando

A Polícia Federal e a **Receita Federal** deflagraram ontem a operação Ícaro para desarticular uma organização criminoso dedicada ao comércio ilegal de mercadorias estrangeiras importadas irregularmente, sem o recolhimento de **tributos**, no Rio Grande do Sul. As ações foram realizadas nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Gravataí, Novo Hamburgo, Osório, São Leopoldo, Sapiranga e Xangri-Lá.

A ação mobilizou 180 policiais federais e servidores da **Receita Federal** para o cumprimento de 29 mandados de busca e apreensão e dois de prisão, que foram cumpridos em Gravataí e Porto Alegre. Também foram executadas ordens judiciais para sequestro de bens e bloqueio de contas bancárias, uma delas, em uma instituição financeira nos Estados Unidos.

Segundo a PF, entre os bens apreendidos está uma casa em um condomínio de classe alta em Xangri-Lá, avaliada em R\$ 5 milhões, e carros de luxo. Conforme a PF, a investigação teve início em 27 de setembro de 2022, a partir da apreensão, no Aeroporto Internacional Salgado Filho, de grande quantidade de mercadorias estrangeiras. Os produtos vieram dos Estados Unidos com um casal, proprietário de uma loja especializada em equipamentos eletrônicos na zona Norte de Porto Alegre.

No decorrer da apuração, as equipes verificaram inconsistência entre a movimentação financeira da empresa e o faturamento declarado nos documentos fiscais.

A Polícia Federal e a **Receita Federal** ainda identificaram a participação de diversas pessoas físicas e jurídicas ligadas às atividades criminosas, através da venda de mercadorias adquiridas do principal investigado, que eram comercializadas sem a documentação legal.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10874>

# Desoneração da folha avança no Senado

**rafaela gonçalves**

O plenário do Senado Federal vota hoje o projeto que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O texto recebeu, ontem, o aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e, em seguida, foi aprovado, no plenário, o requerimento de urgência para a apreciação da matéria. A proposta chegou a ser aprovada pelo Senado em junho, mas sofreu alterações ao passar pela Câmara dos Deputados em agosto, tendo, por isso, voltado para análise dos senadores. Ao retornar para a Comissão, foram rejeitadas as mudanças feitas pelos deputados e retomado o texto original.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Essa permissão foi introduzida há 12 anos para algumas áreas, e há pelo menos 10 anos abrange os setores hoje incluídos. A proposta reduz ainda a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 20% para 8% para cerca de 3 mil municípios do país.

A aprovação da medida representa uma derrota para o Ministério da Fazenda, pois acontece no momento em que o governo soma esforços para aumentar a arrecadação. Além dos R\$ 9 bilhões em renúncia fiscal para os municípios, o valor estimado para a desoneração dos setores privados é de R\$ 9,2 bilhões, assim, o governo deixaria de arrecadar R\$ 18 bilhões por ano.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), tentou adiar a votação. Segundo ele, a medida "se opõe à **reforma tributária**", por promover uma renúncia fiscal. A expectativa é de que o parecer da reforma também seja apresentado nesta quarta. "Teremos o texto de uma **reforma tributária** aguardada há 40 anos, e, concomitantemente, vamos bulir em algo que é exatamente tributo. No caso, não é nem tributo, é contribuição previdenciária, cujo texto constitucional aprovado na chamada PEC da Previdência estabeleceu que, a partir de sua promulgação, não se pode mais fazer desoneração sobre a questão previdenciária, cujo rombo, só no ano passado ou neste, é da ordem de mais de R\$ 200 bilhões", mencionou Wagner.

Se a medida não for aprovada, entidades empresariais

alegam que cerca de 6 milhões de trabalhadores podem perder o emprego.

O líder do governo rebateu os argumentos de que a desoneração seria capaz de gerar mais empregos para o país. "Não é a desoneração que gera emprego. O que gera emprego é a economia crescendo e a distribuição de renda. As desonerações beneficiam o empregador, que terá um custo mais barato da sua folha de pagamento, mas não é isso que gera emprego. Se a economia não crescer, com ou sem desoneração, não haverá geração de emprego", argumentou Jaques Wagner.

O relator da matéria, senador Angelo Coronel (PSD-BA), destacou que os setores produtivos têm pressa pela aprovação da medida, pois precisam organizar suas contas para o próximo ano. "É uma matéria meritória, que vem resolver o problema dos 9 milhões de empregos dessas empresas, que são as maiores empregadoras do Brasil. Não tem por que o governo ficar contra, esperar uma **reforma tributária** para contemplar uma coisa que só fica no sonho. Não sabemos quando será materializada uma reforma que venha a atender esses segmentos", afirmou.

## Beneficiários

Os 17 setores beneficiados são: couro; calçados; call center; comunicação; têxtil; confecção e vestuário; construção civil; empresas de construção e obras de infraestrutura; fabricação de veículos e carroçarias; máquinas e equipamentos; proteína animal; tecnologia da informação; tecnologia de comunicação; projeto de circuitos integrados; transporte metroviário de passageiros; transporte rodoviário urbano; e transporte de cargas.

A presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, que acompanhou a votação, comemorou a aprovação do regime de urgência e disse estar confiante na aprovação da matéria hoje. "Houve bom senso da maioria dos senadores, apesar de alguns ainda não entenderem a importância da desoneração. Acredito que o PL será aprovado com facilidade também no plenário", disse.

Suruagy argumentou que a medida tem sido fundamental para a geração de empregos e investimentos e reiterou que, diferentemente dos que afirmam os que são contrários ao PL, "a desoneração

está longe de ser uma renúncia fiscal". "A desoneração já mostrou, na prática, que gera empregos, investimentos, diminui a informalidade e aquece a economia. Além disso, proporciona mais arrecadação - por exemplo, com Previdência, Imposto de Renda e **INSS** - e reduz os pedidos de seguro-desemprego e demais auxílios do governo", explicou.

Criada em 2011, a desoneração da folha vem sendo sucessivamente modificada pela edição de medidas provisórias. Para o advogado Vinicius Costa, especialista em consultoria tributária no escritório Natal Manssur, a adequação da **Previdência Social** é um dos fatores que pode trazer uma solução definitiva. "A solução é temporária e seletiva, aproveitando apenas parcela da economia, quando deveria ser repensada para todos os setores. Mas, infelizmente, acredito que isso não vai ocorrer enquanto não houver uma reforma na logística da atual **Previdência Social**, que depende majoritariamente das contribuições sobre a folha", salientou Costa.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5214/25-10-2023.html?all=1>

# Desoneração da folha de Pagamento vai a plenário

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até dezembro de 2027 foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e vai ser votado hoje em plenário. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou que este é um tema prioritário na Casa. "Nós reconhecemos a importância desse projeto para a economia brasileira, para a geração de empregos no país e há um compromisso no Senado de tratá-lo com prioridade", afirmou Pacheco.

Na sessão de ontem da CAE, o relator do projeto, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), iria fazer ajustes pontuais no parecer que havia sido apresentado na semana passada, mas o governo pediria para a adiar a votação. Por isso, os senadores decidiram apenas fazer mudanças na votação no plenário do Senado e acelerar a tramitação do projeto. Se aprovado no plenário, o texto seguirá para a sanção presidencial.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de salários para a **Previdência Social** e outras. Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação - pela lei atual, vale até dezembro.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto da desoneração da folha são calçados, call center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas. A prorrogação da desoneração da folha para os 17 setores econômicos representa uma redução de R\$ 9,4 bilhões no pagamento de **tributos** dessas empresas.

O projeto também prevê benefícios para municípios brasileiros. Apesar de o governo rejeitar essas benesses, o relator do projeto manteve esse trecho. Ângelo Coronel retomou a versão que reduz de 20%

para 8% a contribuição ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) das prefeituras que não têm regimes próprios de Previdência. A regra vale para cidades com até 142,6 mil habitantes.

Ele rejeitou as mudanças feitas pela Câmara para ampliar essa medida. A Câmara havia estendido o benefício para outras prefeituras, e reduzido a alíquota para valores entre 8% e 18%, a depender da renda per capita do município. Quanto menor for o indicador, menor seria a cobrança.

O governo discute um possível veto integral ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos. Técnicos do governo têm afirmado que, desde a reforma da Previdência, ficou vedado adotar medidas que possam reduzir a arrecadação de recursos do fundo que banca as aposentadorias. Por isso, a prorrogação da desoneração seria inconstitucional. Portanto, haveria um risco de o presidente cometer crime de responsabilidade se sancionar o texto.

Por isso, integrantes do governo buscam concluir estudos técnicos para tentar afastar essa tese. Além disso, articuladores do governo fizeram uma investida contra o trecho de benefícios a prefeituras. E ameaçaram vetar integralmente o projeto se essa medida não fosse retirada. Mesmo assim, o Senado manteve a versão do relator. A aprovação do projeto na CAE representa uma derrota ao ministro Fernando Haddad (Fazenda). Haddad defendia que o tema fosse discutido em conjunto com outras iniciativas ligadas à tributação e com outro desenho. Além disso, o benefício a municípios é um revés extra à área econômica do governo.

"Nós reconhecemos a importância desse projeto para a economia brasileira, para a geração de empregos no país e há um compromisso no Senado de tratá-lo com prioridade"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Presidente do Senado

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/25/10/2023/p1>

# Desoneração da folha pode continuar até 2027

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia foi aprovado nesta terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta, que estende o benefício fiscal para 31 de dezembro de 2027, ainda precisa ser votada no plenário da Casa. A previsão é de que isso ocorra ainda nesta quarta-feira.

Na sessão desta terça, o relator do projeto, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), iria fazer ajustes pontuais no parecer que havia sido apresentado na semana passada, mas o governo pediria para adiar a votação. Por isso, os senadores decidiram apenas fazer mudanças na votação no plenário do Senado e acelerar a tramitação.

Se aprovado no plenário, o texto seguirá para a sanção presidencial.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações.

A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de salários para a **Previdência Social** e outras. Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo prazo, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação pela lei atual, vale até dezembro. Os 17 segmentos contemplados pelo projeto da desoneração da folha são call center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

A prorrogação da desoneração da folha para os 17 setores econômicos representa uma redução de R\$ 9,4 bilhões no pagamento de **tributos** dessas empresas. O projeto também prevê benefícios para municípios brasileiros. Apesar de o governo rejeitar essas benesses, o relator do projeto manteve esse trecho.

Coronel retomou a versão que reduz de 20% para 8% a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) das prefeituras que não têm regimes próprios de Previdência.

A regra vale para cidades com até 142,6 mil habitantes. Ele rejeitou as mudanças feitas pela Câmara para ampliar essa medida. A Câmara havia estendido o benefício para outras prefeituras, e reduzido a alíquota para valores entre 8% e 18%, a depender da renda per capita do município. Quanto menor for o indicador, menor seria a cobrança.

O governo discute um possível veto integral ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos. Técnicos do governo têm afirmado que, desde a reforma da Previdência, ficou vedado adotar medidas que possam reduzir a arrecadação de recursos do fundo que banca as aposentadorias.

Por isso, a prorrogação da desoneração seria inconstitucional.

Portanto, haveria um risco de o presidente cometer crime de responsabilidade se sancionar o texto.

Por isso, integrantes do governo buscam concluir estudos técnicos para tentar afastar essa tese.

Articuladores do governo também fizeram investida contra o trecho de benefícios a prefeituras. E ameaçaram vetar integralmente o projeto se essa medida não fosse retirada. Mesmo assim, o Senado manteve a versão do relator.

A aprovação do projeto na CAE representa uma derrota ao ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Haddad defendia que o tema fosse discutido em conjunto com outras iniciativas ligadas à tributação e com outro desenho. Além disso, o benefício a municípios é um revés extra à área econômica do governo (Da Folhapress).

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-53c94cef17f0ee088aca6e081ccc3882.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-53c94cef17f0ee088aca6e081ccc3882.pdf)

# CAE do Senado aprova prorrogação

Brasília - O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta, que estende o benefício fiscal para 31 de dezembro de 2027, ainda precisa ser votada no plenário da Casa.

Na sessão de ontem, o relator do projeto, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), iria fazer ajustes pontuais no parecer que havia sido apresentado na semana passada, mas o governo pediria para adiar a votação. Por isso, os senadores decidiram apenas fazer mudanças na votação no plenário do Senado e acelerar a tramitação do projeto. Se aprovado no plenário, o texto seguirá para a sanção presidencial.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. A medida permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de salários para a **Previdência Social** e outras.

Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto também estende, pelo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação pela lei atual, vale até dezembro.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto da desoneração da folha são calçados, call center, comunicação, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

A prorrogação da desoneração da folha para os 17 setores econômicos representa uma redução de R\$ 9,4 bilhões no pagamento de **tributos** dessas empresas. O projeto também prevê benefícios para municípios brasileiros. Apesar de o governo rejeitar essas benesses, o relator do projeto manteve esse trecho.

Coronel retomou a versão que reduz de 20% para 8% a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) das prefeituras que não têm regimes próprios de Previdência. A regra vale para cidades com até 142,6 mil habitantes.

Ele rejeitou as mudanças feitas pela Câmara para ampliar essa medida. A Câmara havia estendido o benefício para outras prefeituras, e reduzido a alíquota para valores entre 8% e 18%, a depender da renda per capita do município. Quanto menor for o indicador, menor seria a cobrança.

Como mostrou a Folha, o governo discute um possível veto integral ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos.

Técnicos do governo têm afirmado que, desde a reforma da Previdência, ficou vedado adotar medidas que possam reduzir a arrecadação de recursos do fundo que banca as aposentadorias. Por isso, a prorrogação da desoneração seria inconstitucional.

Portanto, haveria um risco de o presidente cometer crime de responsabilidade se sancionar o texto. Por isso, integrantes do governo buscam concluir estudos técnicos para tentar afastar essa tese.

Além disso, articuladores do governo fizeram uma investida contra o trecho de benefícios a prefeituras. E ameaçaram vetar integralmente o projeto se essa medida não fosse retirada. Mesmo assim, o Senado manteve a versão do relator.

A aprovação do projeto na CAE representa uma derrota para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele defendia que o tema fosse discutido em conjunto com outras iniciativas ligadas à tributação e com outro desenho. Além disso, o benefício a municípios é um revés extra à área econômica do governo. (Thiago Resende/ Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# Municípios retirados da desoneração

Brasília - A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem rejeitar o substitutivo da Câmara ao projeto que prorroga por quatro anos a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia.

Já aprovado no Senado, o PL 334/2023 foi relatado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA), que rejeitou todas as alterações propostas pelos deputados, entre estas a que permitiria a todos os municípios brasileiros a diminuição da contribuição previdenciária de 20% para 8%.

Com a decisão, foi retomado o texto como saiu do Senado em junho e que restringe o benefício fiscal a prefeituras de cidades com população inferior a 142,6 mil habitantes. Para a apreciação em plenário a proposta teve votação com requerimento de urgência aprovado na comissão para seguir então para nova análise da urgência em plenário, também aprovada. A matéria propriamente dita deve ser votada hoje.

A desoneração da folha permite a empresas alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de 20% sobre a folha de salários. A medida é válida até o final do ano, mas o novo texto possibilita prorrogação até 2027. Os setores beneficiados atualmente são confecção e vestuário, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia da comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e de carga.

Logo no início da discussão o senador Ciro Nogueira (PPPI) propôs ao relator que acatasse mudança promovida pelos deputados que fixava em 1% a alíquota de contribuição previdenciária das empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, substituindo os atuais 2%. Inicialmente o relator aceitou, mas diante de possível pedido de vistas do líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), recuou e informou que o destaque poderia ser apreciado em plenário para que não fosse postergada a análise na CAE. Wagner chegou a afirmar que se houvesse introdução de matéria nova no parecer ele pediria vistas, e argumentou não fazer sentido votar um projeto que geraria renúncia fiscal, já que tramita no Congresso a **reforma tributária**.

Senadores favoráveis ao texto afirmam que a prorrogação da desoneração não significa perda para

a União. "O projeto não aumenta despesas. Ao contrário, se a desoneração cair aumenta imposto, carga tributária, e o governo não conta com essa receita, não é renúncia de receita", defendeu o autor, senador Efraim Filho (União-PB).

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10874>**

# STJ discute ação que pode desonerar folha e tirar recursos do Sistema S

24.out.2023 às 23h15

A Primeira Seção do STJ (Superior Tribunal de Justiça) deve analisar nesta quarta-feira (25) três questões tributárias que terão repercussão sobre casos semelhantes. Duas tratam do ICMS, principal imposto estadual. A outra, de contribuições sobre a folha de pagamento.

As teses fixadas pelo tribunal nesses julgamentos serão aplicadas na solução de casos judiciais em discussão no país, por serem analisadas como recursos repetitivos.

Em relação ao último tema, os ministros irão avaliar se o limite de 20 salários mínimos é válido para a apuração das contribuições para o Sistema S, para o Inca e para o Salário Educação ( Tema 1.079 ).

São as chamadas "contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros", cuja destinação varia de acordo com o setor econômico. Elas representam 5,8% da folha de salários. Em 2022, as arrecadações do Sistema S e do Salário Educação somaram R\$ 27 bilhões, cada uma.

Atualmente, a **Receita Federal** exige a tributação do valor total dos pagamentos com esse percentual, mas algumas empresas possuem decisões judiciais que limitam a aplicação dos 5,8% aos 20 primeiros salários mínimos (R\$ 26.400) da folha de funcionários.

Uma decisão favorável aos contribuintes reduziria de forma significativa os recursos para entidades como Senai, Sebrae e Sesc.

"Vamos ter uma situação de estrangulamento do Sistema S, que hoje vem arrecadando isso", afirma Halley Henares, presidente da Abat (Associação Brasileira de Advocacia Tributária).

O governo argumenta que uma lei de 1986, que acabou com esse limite para as contribuições previdenciárias, também teria efeito sobre essas contribuições parafiscais. As empresas discordam, pois o limite ainda consta da lei original, de 1981.

Henares afirma que o argumento jurídico das empresas é forte, mas que a questão do impacto na arrecadação das entidades pode levar a uma decisão

favorável ao Fisco. "A minha perspectiva é que o argumento jurídico prevaleça e, se prevalecer, vamos ter reflexos no Sistema S."

Além do impacto na arrecadação futura, seria necessário devolver o valor cobrado nos cinco anos anteriores às ações judiciais, devolução que poderia ser feita também por meio de abatimento das contribuições ao **INSS** sobre a folha, prejudicando as contas da Previdência, segundo o tributarista.

Pedro Siqueira Neto, sócio da área tributária do Bichara Advogados, diz que a jurisprudência sobre o assunto é favorável às empresas que recorreram ao Judiciário.

Segundo ele, caso esse entendimento seja alterado, os contribuintes pedem que o limite de 20 salários seja aplicado pelo menos sobre o salário individual por empregado. Ou seja, não haveria recolhimento sobre a parcela do ganho de cada trabalhador que superar os R\$ 26.400.

"A jurisprudência é bastante favorável para limitar a 20 salários mínimos", afirma Siqueira Neto. "Se vier uma decisão desfavorável aos contribuintes, seria importante uma eventual modulação, porque toda a orientação dos tribunais regionais e do STJ foi no sentido de que a limitação é válida", diz o advogado.

Outro tema na pauta da Primeira Seção do STJ é a inclusão das tarifas por uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia (Tust e TUSD) na base de cálculo do ICMS, no caso de grandes consumidores que adquirem esse insumo diretamente de comercializadoras e geradoras no mercado livre de energia ( Tema 986 ).

São empresas que podem escolher livremente a empresa que lhes oferece condições mais vantajosas, ao contrário do que ocorre com o público em geral, que depende da concessionária local.

Em 2017, a Primeira Turma do STJ decidiu pela legalidade do ICMS sobre a TUSD, pois seria impossível separar a atividade de transmissão ou distribuição de energia das demais. Os consumidores recorreram da decisão, e esse recurso será analisado agora.

Os ministros também avaliam um desdobramento da chamada "tese do século", que tratou da exclusão do ICMS estadual da base de cálculo das contribuições federais PIS/Cofins.

A "tese filhote" é um pedido para que o mesmo entendimento seja aplicado à exclusão do ICMS-ST (Substituição Tributária) da base de cálculo das contribuições devidas pelo contribuinte substituído ( Tema 1.125 ).

Na substituição tributária, o imposto é cobrado de um contribuinte no início da cadeia produtiva, por exemplo, quando uma refinaria faz o recolhimento antecipado do que seria devido por toda a cadeia de distribuição de combustíveis. As ações em discussão tratam de uma distribuidora de bebidas e um varejista.

Em relação ao ICMS, o STF (Supremo Tribunal Federal) já decidiu que o tributo não compõe a base de cálculo do PIS/Cofins. Em relação ao ICMS-ST, o STF avaliou que a questão é infraconstitucional.

Segundo o relator do caso, ministro Gurgel de Faria, o contribuinte substituído alega que o tributo recolhido pelo substituto se incorpora ao custo de aquisição dos bens que serão revendidos e compõe indevidamente seu faturamento, que é a base de cálculo dessas contribuições federais. O ministro já votou favoravelmente aos contribuintes.

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/stj-discute-acao-que-pode-desonerar-folha-e-tirar-recursos-do-sistema-s.shtml>

# Plenário do Senado deve analisar desoneração da folha de 17 setores da economia nesta quarta-feira

**Brasília**

*/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília*

O plenário do Senado deve votar nesta quarta-feira (25) o projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. A versão aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa não inclui nenhuma das alterações feitas pelos deputados, entre elas a que estendia a diminuição da contribuição previdenciária, de 20% para 8%, a todos os municípios brasileiros. Com a decisão, o benefício fica restrito aos municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes. Se aprovada, a matéria vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de empresas, com 20% de alíquota sobre a folha salarial, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, o que diminui os custos de contratações para os setores que mais empregam.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Entre os setores beneficiados, estão a indústria têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, empresas de construção civil, fabricação de veículos, tecnologia e transportes. Juntos, esses segmentos geram cerca de 9 milhões de empregos formais. Se o projeto de lei não for aprovado, a desoneração da folha de pagamentos perde a validade em dezembro deste ano.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), chegou a apresentar uma emenda para a inclusão de transporte coletivo entre os setores desonerados, com a substituição da atual alíquota de 2% por uma de 1%. No entanto, ficou acordado entre os parlamentares que sugestões de mudanças seriam discutidas separadamente em plenário, de modo a aprovar o relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA) da

forma como foi enviado à Câmara.

Os senadores que são favoráveis ao projeto ressaltam que a desoneração não significa prejuízo para a União, já que o recurso não faz parte dos atuais cálculos da **reforma tributária**. "O projeto não aumenta despesas. Ao contrário, se ele não for aprovado, aumenta a carga tributária. Então é bom nivelar aqui a informação para que não se pareça que é o contrário. Se a desoneração cair, aumenta imposto. Aumenta carga tributária. O governo não conta com essa receita, não é renúncia de receita, se preserva uma situação de status quo", argumenta o autor da proposta, senador Efraim Filho (União Brasil-PB).

A proposta foi aprovada pelo Senado em junho e seguiu para a análise dos deputados, que fizeram mudanças no texto. Por isso, está sendo discutida pelos senadores novamente. Desde a tramitação na Câmara, o ponto de entrave é o que trata do benefício para as pequenas cidades.

Os municípios foram inicialmente incluídos no projeto no parecer do senador Angelo Coronel (PSD-BA), que beneficia cidades com até 142 mil habitantes. Ele propôs reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios de 20% para 8%. Já na Câmara dos Deputados, o benefício foi estendido a outras prefeituras e reduziu a alíquota para valores entre 8% e 18%, a depender da renda per capita do município. O relatório aprovado pela CAE do Senado, no entanto, diz respeito à primeira versão do texto.

Ainda assim, o governo é resistente à medida porque, segundo o Ministério da Fazenda, a desoneração acarretará uma renúncia fiscal estimada em cerca de R\$ 9,4 bilhões. No entanto, a inclusão dos municípios pequenos nesse tipo de concessão é o que preocupa, pois se trata de uma renúncia inédita em um momento em que a equipe econômica tenta ampliar as fontes de arrecadação para garantir o equilíbrio fiscal.

No relatório, o senador Angelo Coronel afirmou que mesmo com a restrição do acesso à desoneração ainda beneficia mais de 95% dos municípios do país e

que a medida vai permitir que os gestores municipais equilibrem as contas.

"Se você reduz [os encargos] de 20% para 8%, você vai ter fôlego. Eu fiz um cálculo rápido. Em um município de R\$ 3 milhões em arrecadação e geralmente com R\$ 1 milhão de folha, ele vai, quando aplicar os 20% em cima da folha, para R\$ 200 mil. Quando você abate, na folha de pagamento, as despesas da saúde e educação, a despesa da manutenção da cidade com limpeza, ele fica devedor porque, na verdade, o grande credor está sendo a própria **Previdência Social**", disse.

"Eu acho isso um absurdo, porque se falava tanto em pacto federativo, se falava tanto em mais Brasil e menos Brasília, e eu não estou vendo nada disso. Eu estou vendo, a cada dia, agravar-se mais a situação das prefeituras do Brasil", completou.

Sem a desoneração dos 17 setores, o país teria perdido R\$ 34,3 bilhões de Contribuição Previdenciária Patronal entre 2018 e 2022. O imposto é pago pelas empresas para bancar os direitos previdenciários dos empregados.

A iniciativa garantiu, em 2022, um aumento de 19,5% na remuneração dos trabalhadores desses setores. Se a folha não tivesse sido desonerada, os salários médios desses segmentos seriam de R\$ 2.033. Com a desoneração, a média salarial desses trabalhadores subiu para R\$ 2.430.

Os números são da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A cada 10% de desoneração da folha de pagamento, estima-se um aumento de 3,4% dos empregos formais. A conclusão é de um estudo de 2021 da Fundação Getulio Vargas (FGV) com base em números do então Ministério da Economia. O levantamento analisou o impacto da redução de custos trabalhistas na geração de postos de trabalho.

O estudo da FGV revela que os setores desonerados apresentaram maior possibilidade de contratação de trabalhadores. Isso porque a desoneração afetou a probabilidade de ingresso no mercado de trabalho em cerca de 3%.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/plenario-do-senado-deve-analisar-desoneracao-da-folha-de-17-setores-da-economia-nesta-quarta-feira-24102023>

# Lupi promete fim do home Office no INSS

SÃO PAULO

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem que tem como meta para 2024 colocar 100% dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) trabalhando de forma presencial nas agências.

A intenção é pôr fim ao modelo de trabalho remoto no órgão, modalidade que tem sido feita, atualmente, entre 30% e 40% do quadro de servidores.

"Eu quero todo mundo dentro das agências. Percebo a necessidade dessa população (atendida) de ter o contato humano, de falar, de ouvir. A Previdência é mais social do que previdenciária", disse em audiência na Comissão de Assuntos Sociais do Senado para falar sobre ações da pasta que comanda.

A transição, de acordo com ele, será feita com razoabilidade.

"Não vamos colocar decreto ou portaria impondo nada a ninguém, mas vamos aos pouquinhos. Ano que vem eu quero 100% (dos servidores) trabalhando nas agências e nas gerências da **Previdência Social**", acrescentou.

A possibilidade de trabalho remoto foi criada na pandemia de covid-19 e regulamentada, depois, pelo governo federal.

O ministro também reforçou outro objetivo à frente da **Previdência Social**, para reduzir, até dezembro deste ano, para 45 dias a fila de concessão de benefícios do **INSS**.

Esse prazo deve ser o máximo para a realização de serviços, como perícia médica, como prevê a lei do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS).

Era algumas regiões do País, a espera por agendamento atualmente supera 200 dias.

O ministro ainda anunciou que está em fase final de discussão com a ministra da Gestão, Esther Dvveck, para viabilizar um concurso público para contratação de 1.500 médicos peritos, com foco no Nordeste e interior do País.

Ele disse que um dos focos é reduzir a "concentração maior de funcionários" em poucas regiões. Por isso,

pretende impor regras para evitar a movimentação de servidores durante a primeira década de serviço público.

"Quem fizer concurso para médico perito, que vai ser brevemente anunciado, para o ano que vem, tem que saber que vai ter que ficar da região onde fez o concurso, porque senão não adianta. A gente faz um concurso para depois a pessoa ser transferida? A questão da perícia médica tem sido um grande desafio", relatou Lupi.

LUPI disse que o retorno ao trabalho 100% presencial será feito "aos pouquinhos", sem decreto fazendo imposição

# Lupi pretende retomar trabalho 100% presencial nas agências em 2024

Brasília - O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou ontem que pretende retomar o trabalho 100% presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no próximo ano. Segundo Lupi, há entre 30% e 40% de servidores trabalhando de forma remota. Ele não pretende, porém, recorrer a portarias ou decreto presidencial para obrigar a volta do trabalho presencial.

"A partir de janeiro, (quero) começar uma nova fase da Previdência, a da humanização da **Previdência Social**. Nós precisamos cada vez mais. Temos em torno de 30 a 40% que trabalham remotamente. Eu quero todo mundo dentro das agências. Quero pedir, porque eu percebo a necessidade dessa população de ter o contato humano, de falar, ouvir", disse o ministro durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Lupi citou a própria mãe para dizer que parte da população gosta de ir às agências do **INSS** para conversar com os servidores e conferir se os pagamentos estão todos em dia.

"A Previdência também é Previdência, mas é social. Eu gosto de falar que é mais social do que previdenciária. Então eu quero muito apelar, e faço isso publicamente, e vamos fazer com razoabilidade, não vamos fazer decreto ou portaria obrigando ninguém, mas aos pouquinhos. No ano que vem eu quero 100% trabalhando na **Previdência Social**", concluiu.

O ministro ainda anunciou que está em fase final de discussão com a ministra da Gestão, Esther Dweck, para viabilizar um concurso público para contratação de 1,5 mil médicos peritos, com foco no Nordeste e interior do País.

Ele disse que um dos focos é reduzir a "concentração maior de funcionários" em poucas regiões do país. Por isso, pretende impor regras para evitar a movimentação de servidores durante a primeira década de serviço público.

"Quem fizer concurso para médico perito, que vai ser brevemente anunciado, para o ano que vem, tem que saber que vai ter que ficar da região onde fez o concurso, porque senão não adianta. A gente faz um concurso para depois a pessoa ser transferida? A

questão da perícia médica tem sido um grande desafio", relatou Lupi aos senadores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o governo federal, em auditoria sobre as finanças de 2022, que a demora na realização de perícias médicas pode gerar um pagamento indevido de R\$ 6,6 bilhões em aposentadorias por incapacidade permanente no período de um ano.

A auditoria financeira nas demonstrações de 2022 do Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (FRGPS) detectou um elevado número de perícias atrasadas para esse benefício e um baixo número de reavaliações conduzidas pelo governo federal, abrindo brechas para repasses irregulares.

O parecer da área técnica aponta a existência de 2,9 milhões de aposentadorias por incapacidade permanente (chamada antes de aposentadoria por invalidez) que estão há mais de dois anos sem passar por revisão, como manda a legislação.

Revisão da reforma - Durante a audiência no Senado ontem, Lupi voltou a falar que o Conselho Nacional de **Previdência Social** vai discutir a partir de 2024 uma revisão da reforma da Previdência de 2019.

O ministro não entrou em detalhes de como será essa revisão - se trechos da reforma serão revogados ou uma proposta de mudança será apresentada ao Congresso.

Ele disse, porém, que não é razoável que o valor pago a título de pensão para viúvas seja de 60% do valor do **INSS** recebido pelo marido. "É um absurdo que, se eu morro, a minha mulher vai receber 60% da minha pensão", reclamou.

"O Conselho Nacional da **Previdência Social**, a partir do ano que vem, vai começar a examinar esse assunto com o cuidado, porque isso mexe com as finanças e gera uma polêmica danada", completou. (Folhapress)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# Revogação da reforma previdenciária será estudada

**LUCYENNE LANDIM**

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, declarou que uma eventual revogação da reforma previdenciária será analisada a partir de 2024 pelo Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS), que reúne integrantes do governo, dos aposentados e pensionistas, dos trabalhadores e dos empregadores.

De acordo com Lupi, ainda não é possível afirmar se haverá anulação de qualquer ponto da lei, já que eventuais ações dependem do estudo, que ainda não tem previsão de ser finalizado.

Em audiência ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o ministro foi questionado se "há possibilidade de revogar definitivamente a reforma previdenciária". Ele respondeu: "O Conselho Nacional da **Previdência Social**, a partir do ano que vem, vai começar a examinar esse assunto com cuidado porque isso mexe com as finanças e gera uma polêmica danada".

Lupi pontuou ainda que tem críticas pessoais à reforma previdenciária, mas que não é a opinião dele que vai decidir pela revogação ou não do assunto. "Eu sou homem de opinião", disse.

"Eu acho um absurdo e coloco um tópico aqui para vocês pensarem: se eu morro, a minha mulher vai receber 60% da minha pensão. No pior momento da vida dela, quando praticamente ela fica sozinha. Estou dizendo um aspecto que eu defendo, é meu direito como cidadão assumir uma posição. Não estou dizendo que estou certo ou errado.

Mas isso vai ser examinado pelo conselho", declarou.

Lupi afirmou ainda que tem como meta para 2024 colocar 100% dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) trabalhando de forma presencial nas agências.

A intenção é colocar fim ao modelo de trabalho remoto no órgão, modalidade que tem sido praticada, atualmente, por 30% a 40% do quadro de servidores. "Eu quero todo mundo dentro das agências. Percebo a necessidade dessa população de ter o contato humano, de falar, de ouvir", afirmou.

**Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>**

# Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 6

**Publicado em 25/10/2023 - 07:02**  
**Agência Brasil - Brasília**

**Por**

**Família.**

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (25) a parcela de outubro do novo Bolsa Família aos beneficiários com número de inscrição social (NIS) de final 6. Neste mês, o benefício terá um adicional para mães de bebês de até seis meses de idade.

Chamado de Benefício Variável Familiar Nutriz, o adicional corresponde a seis parcelas de R\$ 50 para garantir a alimentação da criança. Com o novo acréscimo, que destinará R\$14 milhões a 287 mil mães neste mês, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informa que está concluída a implementação do novo Bolsa Família.

Além do novo adicional, o Bolsa Família paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 688,97. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,45 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,67 bilhões.

Desde julho, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 297,4 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 241,7 mil famílias foram incluídas no programa em outubro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, 2,39 milhões de famílias passaram a fazer parte do Bolsa

Cerca de 1,97 milhão de famílias estão na regra de proteção em outubro. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 374,80.

Neste mês, o programa tem outra novidade. Famílias com parcelas desbloqueadas não precisam mais ir a uma agência para sacar os valores acumulados. Eles passam a ser creditados automaticamente na conta bancária do beneficiário.

Com a novidade, serão liberadas 700 mil parcelas retroativas neste mês, resultando em cerca de R\$ 278 milhões desbloqueados. Os beneficiários conseguem visualizar a informação da liberação do valor por meio dos aplicativos do Bolsa Família e Caixa Tem.

Desde o início do ano, o programa social voltou a ser chamado Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias cadastradas no CadÚnico, com NIS final 6. O valor caiu para R\$ 106, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,3 milhões de famílias. Com a

aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

**Site:**

**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-6>**

# Justiça libera mais R\$ 1,9 bilhão de atrasados a aposentados do INSS

## Renda Extra

### / Do R7

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou mais R\$ 1,9 bilhão em atrasados para beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que conseguiram a concessão ou a revisão do benefício na Justiça. O valor corresponde a ações previdenciárias e assistenciais, como revisão de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, de 95.504 processos, destinados a 122.720 beneficiários.

O pagamento será feito de acordo com o cronograma de cada TRF (Tribunal Regional Federal). O montante é referente às RPVs (requisições de pequeno valor) de julho deste ano.

As RPVs são valores atrasados de até 60 salários mínimos - neste ano, até R\$ 79,2 mil - pagos em ações propostas no Juizado Especial Federal. Acima desse valor, são os chamados precatórios.

No total, foram repassados aos Tribunais Regionais Federais R\$ 2,3 bilhões, para quitar ações de 161.534 processos, com 199.559 beneficiários. A maior parte (R\$ 1,9 bilhão) é para segurados da Previdência.

Para receber o pagamento, o processo precisa ter sido finalizado, sem possibilidade de recursos do **INSS**, o chamado trânsito em julgado. É preciso ainda que a Justiça tenha concedido a ordem de pagamento, a requisição ou a autuação do processo.

A consulta deve ser feita com o advogado responsável pela ação ou no site do Tribunal Federal, que mostrará a data em que a ordem de pagamento foi emitida pela Justiça.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

O Conselho esclarece ainda que cabe aos TRFs,

segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados.

Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, essa informação deve ser buscada na consulta de RPVs disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável.

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

Geral: R\$ 1.046.482.385,40

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 905.762.766,36 (45.889 processos, com 53.001 beneficiários)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

Geral: R\$ 183.681.354,26

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 145.108.730,23 (6.341 processos, com 8.656 beneficiários)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

Geral: R\$ 320.027.721,89

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 247.775.407,07 (8.163 processos, com 10.285 beneficiários)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

Geral: R\$ 482.353.690,61

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 422.258.108,09 (21.231 processos, com 28.149 beneficiários)

TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Geral: R\$ 333.708.839,36

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 277.752.030,87 (13.880 processos, com 22.629 beneficiários)

Site: <http://renda-extra.r7.com/justica-libera-mais-r-19-bilhao-de-atrasados-a-aposentados-do-inss-23102023>

# É possível se aposentar com R\$ 3,30 por dia e ganhar mais que o INSS, como promete Thiago Nigro?

O influenciador financeiro Thiago Nigro, conhecido como Primo Rico, voltou a causar espanto nas redes sociais por dizer, em um vídeo gravado em seu canal de YouTube, que seria possível uma pessoa se aposentar juntando R\$ 3,30 por dia e ganhar mais que o **INSS**. Em junho, Nigro já tinha dito que também seria possível uma pessoa com ganhos mensais de R\$ 1.720 juntar R\$ 1 milhão em apenas seis meses.

Como o Terra mostrou, em relação ao R\$ 1 milhão em seis meses é impossível. Mas afinal, seria possível se aposentar juntando R\$ 3,30 por dia e ganhar mais que o **INSS**? O salário mínimo atual é de R\$ 1.320, e a alíquota do **INSS** incidente sobre esse valor é de 7,5%, ou seja, R\$ 99 por mês ou R\$ 3,30 por dia.

Thiago Nigro sugere usar o mesmo valor para investir em outros ativos. Ele aconselha investir em ações, fundos imobiliários e no Tesouro Direto. O influenciador projetou três cenários para explicar como o trabalhador - que investe por 35 anos - alcançaria o valor da aposentadoria:

Cenário 1:

Cenário 2:

Cenário 3:

Embora o cálculo não esteja errado, e no cenário 2 e 3 a renda passiva seja maior que o salário mínimo pago pelo **INSS**, é praticamente impossível ter esse retorno.

Amanda Notini, sócia da One Investimentos, explica que um retorno de 12% acima da **inflação** por ano não é factível. "Uma rentabilidade de 12% ao ano na minha visão é impossível no longo prazo, principalmente, considerando um investimento focado em previdência que deveria ser conservador. Impossível porque uma média de rentabilidade, considerando o histórico, seria de IPCA+3,5% ou, na melhor janela de rentabilidade, seria de IPCA+4,7% ao ano", explica Amanda Notini, que fez uma simulação de três investimentos conservadores a pedido do Terra.

Veja abaixo uma simulação do resultado (descontando a **inflação**)

Homens: 35 anos de contribuição

Mulheres: 30 anos de contribuição

"Todos os investimentos que tem potencial de entregar um maior retorno no longo prazo, também são investimentos que têm maior risco, ou seja, eles também podem sofrer perdas. Se o **INSS** paga hoje para o trabalhador aposentado o salário mínimo que corresponde a R\$1320, seria mais interessante considerando a rentabilidade calculada contribuir para o **INSS** do que optar por esse investimento", completou.

No vídeo de Thiago Nigro, alguns internautas também discordaram que investir seria a melhor opção. Temos que levar em consideração que a contribuição **INSS** não é só para aposentadoria, e sim um seguro vitalício em caso de acidentes que te deixem incapacitado ou morte", disse um. "12% acima da **inflação**. Como assim?", perguntou outro.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/e-possivel-se-aposentar-com-r-330-por-dia-e-ganhar-mais-que-o-inss-como-promete-thiago-nigro,f1a39cd5b00d5d3836c1b98188d15248ljaz3w8p.html>

# Calendário INSS outubro: Quais os dias de pagamento da aposentadoria?

*Do UOL, em São Paulo 25/10/2023 05h00*

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou o calendário de pagamentos dos benefícios deste mês, com as transferências financeiras programadas para iniciar em 25 de outubro. Estima-se que cerca de 37 milhões de aposentados e pensionistas receberão seus pagamentos programados para 2023.

É importante ressaltar que as datas de pagamento variam de acordo com o valor do benefício, estabelecendo uma distinção entre beneficiários que recebem até um salário mínimo e aqueles com renda mensal superior a esse valor.

Para saber a data exata de recebimento, basta verificar o último dígito do cartão de benefício, desconsiderando o último dígito verificador após o traço. Por exemplo, se o número do cartão termina em 123456789-0, o último dígito é 9.

No caso de beneficiários com histórico de recebimento, as datas de pagamento seguem o padrão convencional.

Benefícios de até 1 salário mínimo

Benefícios acima de 1 salário mínimo

Os segurados têm a opção de consultar o extrato do **INSS** e acessar informações sobre pagamentos, valores futuros e datas de pagamento por meio do aplicativo do **INSS** e do site Meu **INSS**, onde podem fazer login com a conta Gov.br, o login unificado para os serviços digitais do governo federal.

Além disso, essas plataformas possibilitam o agendamento ou reagendamento de perícias médicas e o acesso a outros serviços relacionados aos benefícios da seguridade social.

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/10/25/calendario-inss-outubro-quais-os-dias-de-pagamento-da-aposentadoria.htm>**

# Saque-aniversário do FGTS pode sofrer mudanças? Veja as regras em vigência

*Do UOL, em São Paulo 25/10/2023 05h00*

O Ministério do Trabalho encaminhou um projeto à Casa Civil com o objetivo de permitir que os trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** do **FGTS** tenham a possibilidade de resgatar o valor restante de suas contas. A iniciativa visa corrigir uma suposta distorção e injustiça em relação aos trabalhadores.

De acordo com a modalidade atual, os trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** têm permissão para retirar anualmente uma parte de seus fundos do **FGTS** no mês de seu aniversário. Em caso de demissão, eles somente podem reaver a multa rescisória.

A proposta do Ministério do Trabalho visa conceder aos trabalhadores que escolheram o **saque-aniversário** a opção de sacar o saldo integral de suas contas, não ficando limitados à multa rescisória.

Segundo o Ministério do Trabalho, essa mudança pode representar um impacto financeiro de até R\$ 14 bilhões. No entanto, a proposta ainda necessita da análise do presidente Lula antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional.

O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, assumiu seu cargo com o compromisso de extinguir o **saque-aniversário**, uma modalidade que ele considera prejudicial aos trabalhadores.

Dado que o fim do **saque-aniversário** poderia enfrentar resistência no Congresso, Marinho expressou a intenção de revisar a medida.

**Saque-Rescisão:** Permite ao trabalhador retirar o valor total de sua conta do **FGTS**, incluindo a multa rescisória, no caso de demissão sem justa causa.

**Saque-Aniversário:** Criado em 2019, essa modalidade permite ao trabalhador sacar anualmente uma parcela do saldo de sua conta do **FGTS** no mês de seu aniversário. O montante a ser retirado pode variar de 5% a 50% da soma de todos os saldos das contas do **FGTS**, com um adicional vinculado ao saldo na conta do trabalhador. Em situações de demissão, o trabalhador está autorizado a sacar apenas a multa rescisória e não o saldo total da conta.

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/10/25/saque-aniversario-do-fgts-pode-sofrer-mudancas-veja-as-regras-em-vigencia.htm>**

# Reforma tributária: relator apresenta texto nesta quarta-feira

**edla lula**

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresenta nesta quarta-feira (25/10), à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relatório final da proposta de **reforma tributária**. A previsão é que haja pedido coletivo de vistas e o texto só seja votado em 7 de novembro na comissão.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estimou que o relatório será aprovado até o fim de novembro no plenário da Casa. "Estamos muito alinhados nesse compromisso de evoluir a pauta econômica do Brasil. Considero essa a maior prioridade nacional neste instante", disse Pacheco, ao salientar que o país precisa garantir crescimento econômico, com geração de emprego e controle da **inflação**. "Isso envolve **reforma tributária** e diversos projetos em tramitação", comentou. Haddad diz que está disposto a "ampliar um pouco" fundo de desenvolvimento. Votação de PL das offshores e fundos exclusivos é adiada novamente. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que bateu o martelo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o senador Braga sobre o novo valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), sem querer antecipar os números. O fundo, destinado a compensar os estados por eventuais perdas com as mudanças tributárias, virou ponto chave nas negociações em torno da aprovação da reforma.

"Boa surpresa"

Após reunião com governadores, no Ministério da Fazenda, Haddad disse que o fundo terá "a robustez necessária" para contemplar os estados e obter a aprovação deles à reforma. "Acredito que eles (os governadores) terão uma boa surpresa. Já fechamos com o senador Eduardo Braga. Ele incorporou a proposta da Fazenda e, na minha opinião, ficou positivamente surpreso com a disposição do ministério em negociar", destacou o ministro. "Acho que o relatório poderá ser aprovado daqui a 15 dias, e, quem sabe, a Câmara sacramente a reforma e o presidente Pacheco possa, finalmente, promulgá-la, depois de 40 anos." A elevação do valor do fundo é considerada relevante para assegurar a maioria de 49 votos favoráveis exigidos para a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), como é o caso da **reforma tributária**. A demanda dos governadores é

que o fundo saia dos R\$ 40 bilhões previstos inicialmente no texto aprovado pela Câmara para uma quantia de R\$ 75 a R\$ 80 bilhões. Trava na carga tributária Além da elevação do FDR, Braga acredita que há consenso entre os senadores para a criação de uma "trava" que impeça que os governos, seja o federal, sejam os estaduais, elevem a carga tributária.

Outra novidade a ser acrescentada ao texto é a revisão, a cada cinco anos, das alíquotas diferenciadas para que se possa avaliar o custo-benefício da aplicação delas em setores da economia. Braga também pensa em criar outra alíquota diferenciada para profissionais liberais, como advogados e médicos, que terão sua carga tributária bastante elevada caso o texto permaneça como saiu da Câmara.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5214/25-10-2023.html?all=1>

# Relator deve criar dois tipos de cesta básica

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO**

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), pretende criar dois tipos de cesta básica no relatório a ser apresentado hoje na Casa. O primeiro será totalmente desonerado, e ganhará o nome de cesta "social". O outro tipo, com a inclusão de um número maior de produtos, será tributado.

A criação de duas cestas deriva de preocupação expressa pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto à abrangência da cesta básica nacional - cuja alíquota está zerada pela proposta de reforma tributária aprovada na Câmara.

Os produtos que farão parte desse grupo serão definidos em lei complementar, mas Haddad queria "fechar a porteira" a excessos, considerando que cestas básicas estaduais contemplam até itens como capacete.

A cesta "social" seria formada por itens de alimentação e voltados à população de baixa renda. Já a estendida poderia contemplar uma gama maior de produtos para atender à demanda da bancada ruralista.

Como mostrou o Estadão, senadores e o Ministério da Fazenda discutem restringir a cesta básica. O debate ganhou corpo nas últimas horas, e mobilizou parlamentares que integram a Frente Parlamentar do Agronegócio, que se reuniram com Braga na noite de ontem.

A bancada não quer a tributação nem mesmo da cesta básica estendida, e pretende trabalhar para que não haja a permissão na Constituição para que alimentos sejam taxados.

Nas negociações da reforma na Câmara, em julho, o Ministério da Fazenda tentou até a véspera da apresentação do relatório fazer com que a cesta básica tivesse uma alíquota reduzida, e não zerada, como acabou sendo feito pelo relator na Casa, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

No entendimento da Fazenda, a desoneração integral da cesta básica acabaria beneficiando consumidores da classe mais alta, que não precisam desse incentivo, e reduziria espaço para a implantação de um sistema robusto de cashback - termo em inglês que tem sido usado para nomear o mecanismo de devolução do imposto aos contribuintes de baixa renda.

O texto da PEC prevê o cashback, mas não dá nenhum tipo de detalhe de como ele será implementado.

Relatório do TCU aponta que a criação de uma cesta básica nacional com imposto zero vai reduzir em R\$ 70 bilhões a arrecadação de União, Estados e municípios - e beneficiar mais os ricos que os pobres.

Na avaliação do tribunal, o benefício teria maior efeito distributivo se fosse direcionado ao programa Bolsa Família ou ao sistema de cashback.

SETORES. Braga já sinalizou a colegas do Senado que vai criar um regime especial de tributação para o setor de saneamento e água. O pedido foi feito pelo setor, que admitiu não ter se articulado a tempo da tramitação da reforma na Câmara.

O setor de concessões, como de rodovias, quer pegar carona neste movimento.

O relator também já sinalizou que o Imposto Seletivo, que será criado para taxar produtos e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente, não se aplicará ao setor de energia elétrica, como antecipou o Estadão.

O setor luta agora para ter uma alíquota reduzida para energia elétrica de consumidores de baixa renda, mas não há muita esperança de que o pleito será atendido pelo relator.

Braga deverá acatar em seu relatório a não incidência do Imposto Seletivo sobre telecomunicações.

Quanto às demais demandas do setor (corte de fundos setoriais e não aumento de impostos durante a transição), a posição até o momento é de que não serão acatadas por Braga no parecer.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Fundo de desenvolvimento deve chegar a R\$ 60 bi

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional a ser criado pela proposta de **reforma tributária**, atualmente em tramitação no Senado, deverá ter um aporte adicional de R\$ 20 bilhões de forma gradual ao longo de dez anos, chegando em 2043 ao valor de R\$ 60 bilhões por ano.

A fórmula em negociação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem o objetivo de diminuir o impacto do repasse para as contas do governo federal e as metas do novo arcabouço fiscal.

Segue indefinida a fonte de financiamento para essa despesa da União - que, embora fora do novo limite de gastos da nova regra, tem impacto no resultado primário do governo federal.

Esse será um fundo permanente, e a equipe econômica considera que uma despesa desse tamanho precisa de uma fonte de financiamento própria.

Não está descartado, porém, que os senadores acabem aumentando o valor durante a votação no Senado, onde os Estados têm maior influência.

Os Estados pediram que o Fundo fosse elevado para R\$ 75 bilhões. Mas interlocutores dos governadores admitem que um aumento para R\$ 60 bilhões já é um ganho efetivo em relação à proposta inicial de R\$ 40 bilhões.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Tributária: Fazenda quer até R\$ 60 bi em fundo

**VICTORIA ABEL, GERALDA DOCA**

O relatório da **Reforma Tributária** no Senado foi finalizado ontem, após acordo entre o Ministério da Fazenda e o relator Eduardo Braga (MDB-AM) em torno do valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que vai compensar estados e municípios por possíveis perdas de arrecadação. O texto será apresentado hoje pelo senador e a previsão é votá-lo no início de novembro.

Aliados do ministro Fernando Haddad afirmaram ao GLOBO que ele propôs, nas últimas conversas, valores entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano para o fundo regional. A definição de um novo valor para o fundo era um dos principais entraves para a votação da proposta.

No projeto aprovado na Câmara dos Deputados, o montante acordado entre o então relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e a Fazenda era de R\$ 40 bilhões. No texto, o fundo começa a ser abastecido em 2029 com R\$ 8 bilhões e vai subindo até chegar a R\$ 40 bilhões ao ano em 2033 - valor que é atualizado pelo IPCA. O formato de abastecimento deve se manter.

**CRITÉRIO DE DIVISÃO** No Senado, Braga já havia demonstrado a intenção de aumentar o valor. As negociações, então, se intensificaram nas últimas semanas, com uma reunião decisiva entre Braga e Haddad nesta semana.

O valor final definido pelo relator, porém, ainda não foi divulgado oficialmente.

O ministro Fernando Haddad se reuniu ontem com governadores do Nordeste, entre eles João Azevêdo (PSB), da Paraíba, e tratou dos avanços no texto da **Reforma Tributária**.

De acordo com o governador, Haddad sinalizou que o relatório deve trazer um cálculo misto para distribuição do montante do FDR: 70% dos recursos devem ser entregues para estados e municípios conforme o **PIB** per capita invertido - ou seja, entes federativos mais pobres teriam preferência no pagamento. Outros 30% seriam pagos conforme o índice populacional, beneficiando estados mais populosos.

-O ministro Haddad disse que há uma proposta dessa

divisão ser 70% e 30%. Desde que haja aumento no valor do fundo, é aceitável - disse Azevêdo.

Na **Reforma Tributária**, a cobrança de **impostos** será feita no destino, ou seja, onde os produtos e serviços são consumidos. Hoje, essa cobrança é feita na origem, onde são produzidos. Dessa forma, os estados vão perder uma das maiores formas de incentivo à instalação de empresas e criação de empregos: a isenção ou redução de **tributos**. Isso daria fim à chamada "guerra fiscal".

No entanto, os estados perdem um instrumento de política de desenvolvimento.

O fundo regional visa a substituir esses incentivos, transferindo recursos diretos para os estados para que eles possam promover a atividade produtiva.

"BOA SURPRESA" O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer votar a reforma em novembro.

O texto volta para a Câmara por conta das alterações.

Haddad acredita ser possível concluir esse processo ainda neste ano. Perguntado ontem sobre o valor do fundo, ele disse que os governadores terão "uma boa surpresa" quando conhecerem o parecer de Braga.

- Os governadores terão uma boa surpresa. Fechamos com Eduardo Braga, que deve entregar o relatório amanhã (hoje). Ele recebeu a resposta da Fazenda e ficou positivamente surpreso com nossa disposição em negociar - afirmou o ministro ontem, ao deixar a Fazenda.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Tributação em padrão mundial fará bem ao país - LU AIKO OTTA

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresenta hoje seu relatório para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45. Em comparação com a versão aprovada em julho pela Câmara dos Deputados, deverá trazer duas grandes alterações.

A primeira é o estabelecimento de um teto para a carga tributária incidente sobre o consumo. A regra limitará o espaço disponível para a União incrementar suas receitas por meio dos novos **tributos**. Ou seja: o governo precisará olhar também para o lado das despesas na sua gestão orçamentária.

O teto será estabelecido como percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) numa média móvel, adiantou Braga. A tributação sobre o consumo ficou em 13,44% do **PIB** em 2022, segundo dados do Ministério da Fazenda.

A segunda alteração é o reforço do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Não serão mais os R\$ 40 bilhões colocados inicialmente sobre a mesa.

Esse dinheiro, explicou o senador, será útil para acomodar pressões de setores que se veem ameaçados pela reforma. Os governadores poderão usá-lo para apoiar empresas.

O FDR funcionará como um substituto da "guerra fiscal", que, em tese, acabará.

A reforma estabelece que a cobrança dos **impostos** se dará no local em que a mercadoria ou serviço são consumidos, e não mais na sua origem. Assim, a antiga prática de oferecer descontos em **impostos** para atrair empresas a um determinado Estado não funcionará mais. A partir da reforma, os estímulos serão financeiros, na forma de aportes de recursos do FDR.

Esse formato permitirá dar apoio a empresas do setor de serviços, por exemplo.

O FDR maior permitirá atender em parte à miríade de setores que disputam uma espécie de gincana para obter, no texto constitucional, um tratamento tributário favorecido. Nem todos poderão ser acomodados, sob pena de a alíquota-padrão do novo tributo ficar muito elevada.

No entanto, Braga já informou que criará uma alíquota intermediária para as profissões regulamentadas, como é o caso dos advogados.

Disse também que tornará mais sólida a desoneração dos bens de capital. E que haverá atenção ao saneamento.

Esse setor tem hoje tratamento tributário favorecido, mas sua situação ficou em suspenso na reforma.

Na versão aprovada na Câmara, não consta da lista de setores que pagarão 40% da alíquota-padrão. Porém, está entre os que podem obter isenção dos novos **impostos**, explicou o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no seminário "**Reforma Tributária**, Meio Ambiente e Saneamento Básico", realizado pelo Valor na semana passada. A decisão, no caso, ficaria com cada ente.

No mesmo evento, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) afirmou que a **reforma tributária** havia "se esquecido" não só do saneamento, mas também das demais concessões em infraestrutura.

Para elas, haverá aumento de carga tributária, que passará de 8% a 12% para algo pouco acima de 25%. Além disso, deve ser extinto o Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que desonera investimentos. Assim, os contratos de concessão ficarão desequilibrados do ponto de vista financeiro.

O aumento dos **impostos** tem impactos diferentes, disse à coluna Natália Marcassa, presidente-executiva da Moveinfra, entidade que congrega concessionárias em transporte e logística.

Se o serviço for vendido a uma pessoa jurídica, o impacto tende a ser neutro, porque ela terá direito a créditos tributários. Já para uma pessoa física, como um usuário de rodovia pedagiada ou de um metrô, o aumento na tarifa não tem compensação prevista.

Seria necessário criar alguma forma de mitigação, comentou.

Para as concessionárias, o maior risco está na demora do reequilíbrio contratual. Marcassa alertou que elas quebrarão, se tiverem de esperar os dez anos da

transição entre sistemas tributários para negociar novas condições. A sugestão é que o reequilíbrio seja feito ao longo desse período.

A emenda 552 à PEC 45, apresentada pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ), vai nessa direção. Propõe que a lei complementar sobre o novo Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) estabeleça mecanismos para preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, de forma concomitante à implantação dos novos **tributos**.

São problemas que podem ser contornados, avaliou a presidente da Moveinfra. Na sua visão, o efeito geral da **reforma tributária** será positivo para novos investimentos no setor. "O mundo vai passar a nos entender", afirmou. "Hoje, o mundo não entende o Brasil." Um sistema tributário alinhado ao padrão internacional vai fazer bem ao país. Não só pela atração de investimentos para a infraestrutura, mas para os demais setores da economia.

No entanto, como já alertou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é preciso cuidado com o "day after" da aprovação da emenda constitucional. A etapa posterior, a elaboração da legislação complementar, é complexa. Exigirá atenção e comprometimento do Congresso, do governo e da sociedade.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

E-mail [lu.aiko@valor.com.br](mailto:lu.aiko@valor.com.br)

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231024/>

# Relator da tributária sinaliza com fundo a Estados de R\$ 60 bi

**Julia Lindner, Estevão Taiar, Caetano Tonet e Guilherme Pimenta**

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MBD-AM), sinalizou a parlamentares que deve ampliar o Fundo do Desenvolvimento Regional (FDR) em seu parecer para pelo menos R\$ 60 bilhões. Na véspera da apresentação do texto, o relator afirmou a pessoas próximas que ainda busca espaço para tentar aumentar "um pouco mais" o valor.

A versão aprovada pela Câmara dos Deputados, em julho, estabelece um aumento progressivo do fundo até atingir o teto de R\$ 40 bilhões em 2033. Já os Estados pedem um aumento entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões.

Braga fará um pronunciamento à imprensa nesta quarta-feira (25) para anunciar os principais pontos do parecer. Em seguida, ele deve protocolar e ler o documento na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Já é esperado um pedido de vista (mais tempo para análise). A votação, por sua vez, está prevista para o dia 7 de novembro.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que considera ser possível concluir a votação da matéria na comissão e no plenário ainda no mês de novembro.

"A CCJ tem amanhã a leitura do relatório do senador Eduardo Braga sobre a **reforma tributária**."

Haverá pedido de vista. Uma vez votado na CCJ, vamos mandar imediatamente para o plenário do Senado. Acredito que, em novembro, a gente possa votar tanto na CCJ quanto no plenário", disse o presidente do Senado.

Pacheco também defendeu o aumento do fundo regional, mas não se comprometeu com valores.

"Ter um incremento desse fundo vai ser muito bom para os Estados brasileiros. O valor deve ser anunciado pelo relator. Mas, seria muito bom fortalecer esse fundo", afirmou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem mantido uma série de reuniões com o relator e senadores nos últimos dias, disse que os

governadores terão "uma boa surpresa" em relação ao fundo.

"O relatório vai vir com a robustez necessária para ser aprovado daqui a 15 dias e quem sabe a Câmara possa sacramentar a **reforma tributária**, para o Senado promulgar a **reforma tributária** depois de 40 anos", declarou.

O valor do fundo era considerado um dos principais entraves para a reforma no Senado especialmente em função da resistência dos governadores. Ao ceder ao pleito, o objetivo do Ministério da Fazenda é justamente uma tentativa para fazer avançar a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC), uma das prioridades da agenda econômica do governo.

Braga e a equipe do Ministério da Fazenda também avaliam restringir o número de produtos da cesta básica que terão alíquota zero. A informação foi publicada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" na noite de terça-feira e confirmada pelo Valor.

O texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados previa alíquota zero para toda a cesta básica.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231024/>

# Compensação por perda com ICMS

A lei que autoriza a compensação de R\$ 27 bilhões da União aos estados e ao Distrito Federal pela perda de receita referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias ou Serviços (ICMS) sobre combustíveis recebeu a sanção presidencial ontem.

A medida já havia sido aplicada entre junho e dezembro do ano passado, quando o ICMS foi reduzido, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo o governo federal, a avaliação do Presidente é de que a medida garante que nenhum município perderá nada de arrecadação em relação ao ano de 2022.

"Isso significa que vamos garantir aos municípios a mesma quantidade de dinheiro. Aos estados, vamos garantir a recomposição das perdas de arrecadação dos meses de julho e agosto de 2023", explicou Lula.

O Presidente também afirmou que o governo fará a antecipação dos valores ainda em 2023.

"Faremos a antecipação da parcela da compensação que somente ocorreria em 2024. E vamos aumentar as transferências do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios para recuperar as perdas de arrecadação em 2023".

## REFORMA

O relatório da **reforma tributária** no Senado foi finalizado ontem, após acordo entre o Ministério da Fazenda e o relator Eduardo Braga (MDB-AM) em torno do valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que vai compensar estados e municípios por possíveis perdas de arrecadação.

Aliados do ministro Fernando Haddad afirmaram ao Globo que ele propôs, nas últimas conversas, valores entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano. A definição de um novo valor para o fundo era um dos principais entraves para a votação da proposta.

No texto atual, o fundo começa a ser abastecido em 2029 com R\$ 8 bilhões.

LULA sancionou lei que ajuda Estado

# Reforma Tributária: vídeo explica o que vai mudar na cobrança de impostos

*Por O Globo - Brasília*

O relatório da **Reforma Tributária** no Senado será apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), nesta quarta-feira. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em julho e prevê mudanças profundas na sistemática de cobranças de **impostos** no país.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tem por objetivo simplificar o emaranhado de **impostos** que hoje complicam a vida das empresas e deixam o consumidor sem saber, de fato, o quanto está pagando de tributo em cada produto ou serviço.

Quer saber mais sobre **Reforma Tributária** e entender, na prática, o que muda no seu dia a dia? Veja o vídeo abaixo.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/economia/guia/reforma-tributaria-video-explica-o-que-vai-mudar-na-cobranca-de-impostos.ghtml>

# Reforma Tributária: texto do relator Eduardo Braga será apresentado hoje no Senado. Veja os próximos passos

O relatório da **Reforma Tributária** no Senado foi finalizado ontem, após acordo entre o Ministério da Fazenda e o relator Eduardo Braga (MDB-AM) em torno do valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que vai compensar estados e municípios por possíveis perdas de arrecadação. O texto será apresentado hoje pelo senador e a previsão é votá-lo no início de novembro.

Aliados do ministro Fernando Haddad afirmaram ao GLOBO que ele propôs, nas últimas conversas, valores entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano para o fundo regional. A definição de um novo valor para o fundo era um dos principais entraves para a votação da proposta.

No projeto aprovado na Câmara dos Deputados, o montante acordado entre o então relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e a Fazenda era de R\$ 40 bilhões. No texto, o fundo começa a ser abastecido em 2029 com R\$ 8 bilhões e vai subindo até chegar a R\$ 40 bilhões ao ano em 2033 - valor que é atualizado pelo IPCA. O formato de abastecimento deve se manter.

No Senado, Braga já havia demonstrado a intenção de aumentar o valor. As negociações, então, se intensificaram nas últimas semanas, com uma reunião decisiva entre Braga e Haddad nesta semana. O valor final definido pelo relator, porém, ainda não foi divulgado oficialmente.

O ministro Fernando Haddad se reuniu ontem com governadores do Nordeste, entre eles João Azevêdo (PSB), da Paraíba, e tratou dos avanços no texto da **Reforma Tributária**. De acordo com o governador, Haddad sinalizou que o relatório deve trazer um cálculo misto para distribuição do montante do FDR: 70% dos recursos devem ser entregues para estados e municípios conforme o **PIB** per capita invertido - ou seja, entes federativos mais pobres teriam preferência no pagamento. Outros 30% seriam pagos conforme o índice populacional, beneficiando estados mais populosos.

- O ministro Haddad disse que há uma proposta dessa divisão ser 70% e 30%. Desde que haja aumento no valor do fundo, é aceitável - disse Azevêdo.

Na **Reforma Tributária**, a cobrança de **impostos** será feita no destino, ou seja, onde os produtos e serviços são consumidos. Hoje, essa cobrança é feita na origem, onde são produzidos. Dessa forma, os estados vão perder uma das maiores formas de incentivo à instalação de empresas e criação de empregos: a isenção ou redução de **tributos**. Isso daria fim à chamada "guerra fiscal".

No entanto, os estados perdem um instrumento de política de desenvolvimento. O fundo regional visa a substituir esses incentivos, transferindo recursos diretos para os estados para que eles possam promover a atividade produtiva.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer votar a reforma em novembro. O texto volta para a Câmara por conta das alterações. Haddad acredita ser possível concluir esse processo ainda neste ano. Perguntado ontem sobre o valor do fundo, ele disse que os governadores terão "uma boa surpresa" quando conhecerem o parecer de Braga.

- Os governadores terão uma boa surpresa. Fechamos com Eduardo Braga, que deve entregar o relatório amanhã (hoje). Ele recebeu a resposta da Fazenda e ficou positivamente surpreso com nossa disposição em negociar - afirmou o ministro ontem, ao deixar a Fazenda.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/25/reforma-tributaria-texto-do-relator-eduardo-braga-sera-apresentado-hoje-no-senado-veja-os-proximos-passos.ghtml>**

# Relator da reforma tributária vai ler nesta quarta parecer com previsão de mais dinheiro para estados

**Brasília**

**/  
Hellen Leite, do R7, em Brasília**

Após várias reuniões com o governo e setores da economia, o relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), vai ler nesta quarta-feira (25) a nova versão da proposta. Um dos principais avanços em relação ao texto aprovado na Câmara tem a ver com o novo valor do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), um dos pleitos dos governadores durante os debates no Senado.

Pelo cronograma divulgado por Braga, a previsão é que o texto seja lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quinta (24), com votação em 7 de novembro. Se aprovado, a apreciação em plenário deve ocorrer até o dia 9.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O conteúdo do relatório foi apresentado antes para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e para o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP). Além disso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou que o Parlamento está alinhado com o governo e reforçou que a simplificação do sistema tributário é muito aguardada pelos brasileiros e disse estar alinhado com o governo em relação à economia.

"Uma vez votado na CCJ, vamos mandar imediatamente para o plenário do Senado. Acredito que no mês de novembro conseguimos votar tanto na CCJ quanto no plenário. É uma reforma muito aguardada pela sociedade", afirmou.

Ao todo, Braga analisou mais de 600 emendas ao texto durante a discussão da matéria no Senado. Entre as principais mudanças deve estar a alteração no FDR, inicialmente orçado em R\$ 40 bilhões. Nesse caso, o relator acatou uma sugestão do governo

federal, que considerou os pedidos de governadores para aumentar o montante que vai compensar as perdas de arrecadação causadas pelo fim do ICMS.

Após se reunir com Haddad, Braga também disse que o FDR deixará de ter caráter fiscal e passará a ter caráter orçamentário e financeiro. "Minha opinião é que quanto mais robusto for o FDR, mais robusta será a política de desconcentração da economia nacional e da redução da desigualdade regional e da desigualdade econômica", afirmou.

O relator também incluiu no relatório um dispositivo que prevê que as alíquotas diferenciadas para setores beneficiados na reforma serão avaliados a cada cinco anos pelo Congresso Nacional. O texto prevê, por exemplo, que profissionais liberais pagarão alíquota reduzida, além dos setores de infraestrutura e de saneamento, que também serão beneficiados com desoneração.

Segundo o senador, essa é uma medida necessária para avaliar se os incentivos fazem sentido para a economia brasileira. "Uma inovação importante é que a cada cinco anos haverá uma revisão dos regimes diferenciados, com uma análise do custo-benefício. Acho que isso é um importante sinal para o mercado e para a nação brasileira de que o Congresso Nacional fará uma revisão desses regimes para ver se eles se justificam", disse Braga.

**Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relator-da-reforma-tributaria-vai-ler-nesta-quarta-parecer-com-previsao-de-mais-dinheiro-para-estados-24102023>**

# Estados garantem R\$ 27 bi por redução de ICMS sobre combustíveis

São Paulo - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem (24) projeto de lei que garante R\$ 27 bilhões a Estados que sofreram perda de arrecadação com a redução da alíquota de ICMS sobre combustíveis durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em vídeo distribuído pelo Palácio do Planalto, Lula aparece assinando a sanção da lei ao lado dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Em breve pronunciamento, Lula afirmou que União, Estados e municípios trabalhando juntos "significa democracia".

"Estamos autorizando a compensação de 27 bilhões (de reais) da União aos Estados e ao Distrito Federal pela perda de receita com a redução do ICMS sobre combustíveis que aconteceu entre junho e dezembro do ano passado. Faremos também a antecipação da parcela da compensação que somente ocorreria em 2024", afirma Lula no vídeo.

"E vamos aumentar as transferências aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios para recuperar as perdas de arrecadação em 2023. Com isso, nós vamos assegurar que nenhum município perderá nada de arrecadação em relação a 2022. Isso significa que nós vamos garantir aos municípios a mesma quantidade de dinheiro. Aos Estados, vamos garantir a recomposição das perdas de arrecadação dos meses de julho e agosto de 2023", afirmou.

Congresso - A redução do ICMS sobre combustíveis foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por Bolsonaro no ano passado, após o então presidente apontar por várias vezes o imposto estadual como responsável pela alta dos combustíveis que, naquele ano eleitoral, elevava a inflação no país.

A medida foi criticada por Estados que apontaram perda de arrecadação e consequente dificuldade no financiamento e prestação de serviços como saúde, educação e segurança, de responsabilidade dos entes.

A compensação dos entes pela queda de arrecadação advinda da redução do ICMS sobre os combustíveis foi resultado de um acordo entre Executivo, Legislativos, estados, Distrito Federal e municípios. (Reuters)

**Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>**

# Black Friday deve crescer 12%, mas não vai recuperar perdas

**Adriana Mattos**

A Black Friday de 2023 deve ser melhor que a do ano passado, mas o varejo ainda não vai se recuperar das perdas de 2022, segundo pesquisa publicada ontem pela Neotrust, empresa de dados com foco em operações digitais.

No acumulado do ano, o varejo on-line continua a registrar retração nas vendas no país.

A projeção para a Black Friday deste ano é de uma alta de 12,6% nas vendas, atingindo R\$ 6,92 bilhões, em termos nominais, sem descontar a **inflação**. No ano anterior, houve recuo de cerca de 23%, e em 2021, a alta foi de apenas 2,3%, em termos nominais. O evento ocorre neste ano no dia 24 de novembro.

A pesquisa considera as vendas de 23 a 26 de novembro.

O faturamento projetado para 2023 ainda fica abaixo do registrado na Black Friday de 2020 (R\$ 7,8 bilhões) e de 2021 (R\$ 7,9 bilhões).

Por conta da base fraca de comparação de 2022, do recuo gradual da **inflação** neste ano e da recuperação do emprego, os especialistas esperam uma melhora na taxa de crescimento deste ano, alcançando os 12%. Mas o comando da Neotrust destaca a cautela do setor nas projeções.

"Estamos aliviados com os dados projetados, porque não vemos tendência de queda neste ano também, como em 2022, e isso já é positivo", disse Luis Cambraia, diretor da Neotrust na apresentação da pesquisa. Ele reforçou a necessidade de um recuo nas taxas de juros no mercado para que esse movimento de recuperação ganhe maior tração. "Precisamos de uma redução maior de juros para um reflexo positivo em venda".

Em 2023, o comércio eletrônico ainda acumula recuos na venda.

No primeiro trimestre a queda foi de 13,7%, no segundo, a retração alcançou 15,1% e no terceiro, o recuo foi de 6,7%. São desempenhos em cima de uma diminuição na demanda no ano anterior.

Em 2022, no terceiro trimestre, por exemplo, o mercado caiu 10,7% e no segundo trimestre de 2022, a queda foi de 5,7%.

"A boa notícia é que a retração do terceiro trimestre deste ano já foi menor que a dos outros trimestres de 2023, o que indica um cenário um pouco mais animador", disse Cambraia.

Em relação ao tíquete médio das compras no on-line neste ano houve uma melhora nos patamares.

Depois de fechar 2022 com recuo nesse gasto, no primeiro, segundo e terceiro trimestres a alta foi de 5,3%, 6,1% e 9,9% sobre o ano anterior, respectivamente.

Levantamentos de sites de busca e consultorias têm destacado expectativas mais otimistas para a data em 2023, porém empresas ouvidas pelo Valor nas últimas semanas mantêm uma moderação maior nas projeções, até pelos resultados recentes mais negativos do que as pesquisas projetavam.

No ano passado, levantamento encomendado pelo Google mostrava que 71% das pessoas pesquisadas planejavam comprar na data, mas a Black Friday de 2022 foi uma das piores da história. Cenário de aumento de preços ao longo do ano, encarecendo as mercadorias, e queda da renda disponível na época afetaram a demanda.

Para este ano, segundo levantamento do Google no fim de setembro, as buscas pelo termo "Black Friday" cresceram 24% em comparação a 2022. A empresa ainda informou que dois em cada três brasileiros pretendem comprar produtos durante a data em 2023.

Semanas atrás, executivos ouvidos pelo Valor projetavam um fim de ano um pouco melhor que o verificado em 2022, por conta da base de comparação mais fraca e pelo cenário de alguma melhora no ambiente econômico. Mas as estimativas de investimentos em promoções ainda eram conservadoras, e com foco maior em preservação de rentabilidade, do que em ganho de receita com vendas.

A pesquisa da Neotrust faz projeções considerando cerca de 1,5 milhão de pedidos de compra on-line ao

dia, que fazem parte da base de informações da companhia. Informações são obtidas em cerca de 2 mil lojas online, e em cima disso, e do histórico de vendas na data, é estimado o cenário futuro.

6,9 bi de reais em vendas on-line são previstos

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231024/>

# Brasil deve ficar estagnado em poder de compra, aponta Fundo

São Paulo - Apesar de prever uma melhora do **PIB** (Produto Interno Bruto) de 2023, com a volta do Brasil ao nono lugar entre as maiores economias do mundo em valores correntes, o FMI (Fundo Monetário Internacional) estima que o País ficará estagnado em oitavo lugar na comparação de paridade do poder de compra.

Ao divulgar seu relatório Perspectiva Econômica Global, o FMI apontou "uma agricultura dinâmica e serviços resilientes no primeiro semestre de 2023" como os principais motivos para elevar a projeção de expansão do Produto Interno Bruto do Brasil neste ano a 3,1%, vindo de 2,1% em julho e de 0,9% em abril.

Na lista que mostra o Brasil subindo para a nona colocação, a comparação dos PIBs nacionais é em dólares correntes. Quando o dólar se valoriza na moeda local (como o real, no caso do Brasil), o **PIB** em dólares cai e vice-versa.

Já o ranking dos países em dólares ajustados pela PPC (Paridade do Poder de Compra, ou PPP, na sigla em inglês) consegue refletir as diferenças no custo de vida dos países e costuma ser considerada uma comparação mais justa.

Pela primeira métrica, os Estados Unidos são a maior economia mundial e devem terminar 2023 com um **PIB** de US\$ 26,95 trilhões, seguido pela China (US\$ 17,7 trilhões) e pela Alemanha (US\$ 4,43 trilhões), segundo as projeções do FMI de outubro. O Brasil está na nona posição em outubro, assumindo o posto ocupado pelo Canadá no relatório do FMI de abril.

Já pela PPC, a China é a primeira da lista, seguida por Estados Unidos, Índia e Japão, segundo os dados do FMI compilados pela consultoria Austin Rating.

O Brasil, por sua vez aparece na oitava posição, à frente da França e do Reino Unido. Mas a colocação é a mesma do ano passado e as projeções mais recentes do Fundo são de estagnação, com o Brasil devendo continuar ocupando o oitavo lugar do ranking pelo menos até 2028.

Apesar de mostrarem cenários diferentes, o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, ressalta que ambos os indicadores são importantes: "O **PIB** em dólar corrente é amplamente utilizado para

comparações financeiras. Quando uma multinacional ou um investidor do mercado financeiro vai alocar seus recursos em um determinado país, ele avalia esse indicador".

"É uma forma de saber qual é o potencial de retorno dos recursos investidos naquela economia e que consegue medir, de forma indireta, como a política monetária interfere na política comercial externa", continuou.

Segundo o Banco Mundial, que também faz rankings de paridade, o PPC permite comparar os tamanhos relativos das economias e a renda e o consumo da população, controlando as diferenças dos níveis de preços entre os países.

Para Agostini, o **PIB** pela paridade de compra é útil para mostrar o potencial de crescimento e desenvolvimento dos países com menos distorções: "O Brasil recebe muito capital estrangeiro, tem uma moeda volátil. Quando olhamos pela PPC, ela mostra mais o potencial de crescimento do que a realidade econômica".

Para o economista-chefe da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), Fabio Bentes, entre as principais explicações para a estagnação do Brasil na lista está o longo período de baixo crescimento nos últimos dez anos.

"Se fizermos um apanhado da última década, a partir de 2014 e considerando a expectativa que se tinha na década anterior, a economia brasileira cresceu muito pouco, estamos falando de 0,5% ao ano, em média", diz.

Segundo Bentes, o crescimento surpreendeu depois da pandemia, mas o período anterior, de 2017 a 2019, foi de uma média de crescimento de 1,5% ao ano. "Na década anterior (2004-2013), a média de crescimento tinha sido de 4%", finaliza. (Douglas Gavras/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# 53% dos brasileiros acreditam em melhora na economia

Segundo o levantamento, 53% dos pesquisados acreditam em melhoria da situação econômica, contra 21% que acreditam que nada deve mudar em 6 meses e 22% que acreditam em piora no mesmo período. Realizada pelo Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem (IPRI), a pesquisa ouviu 2.004 pessoas em todas as unidades da Federação entre 14 e 19 de setembro.

Em relação ao momento atual, 24% da população considera boa a situação da economia, 36% consideram regular e 38% afirmam que a situação está ruim ou péssima.

A percepção varia conforme a região do país. A melhor avaliação está no Nordeste, onde 32% dizem que o desempenho atual da economia está ótimo ou bom. O percentual cai para 23% no Norte e no Centro-Oeste, para 20% no Sudeste e para 18% no Sul. Em contrapartida, o Norte e Centro-Oeste lideram a avaliação ruim ou péssima, com 44%, seguido pelo Sul (43%), pelo Sudeste (39%) e pelo Nordeste (30%).

Apesar da avaliação menos positiva sobre o momento atual da economia, 45% da população brasileira considera ter havido melhorias nos últimos 6 meses. Entre os que consideram a situação da economia atual ruim ou péssima, 17% avaliam que ela está melhor do que no primeiro trimestre.

Parâmetros A pesquisa também perguntou a expectativa dos entrevistados sobre os indicadores econômicos. Ao todo, foram analisados quatro parâmetros: **inflação**, juros nos financiamentos pessoais, desemprego e pobreza.

Em relação à **inflação**, 46% da população acreditam que a **inflação** subirá nos próximos 6 meses, e 29% acreditam que a **inflação** vai começar a cair. Sobre os juros, 39% da população acreditam em alta nas taxas dos financiamentos pessoais no mesmo período, enquanto 24% avaliam que elas devem cair.

Para o desemprego, a expectativa é que a taxa aumente nos próximos 6 meses para 30% dos entrevistados e que caia para 31%. Em relação à pobreza, 29% dos brasileiros afirmam que a pobreza ao seu redor subirá e outros 29%, o mesmo percentual, acreditam que a pobreza diminuirá.

Segundo CNI, somente 24% consideram bom momento econômico atual

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20231025&p=16>

# Para 53% dos brasileiros, economia deve melhorar nos próximos 6 meses - TRIBUNA

**GILVAN MANOEL**

Pouco mais da metade da população brasileira acredita que a economia vai melhorar nos próximos 6 meses, embora a maioria acredite que o momento econômico atual seja regular, ruim ou péssimo. A conclusão consta da pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira - Economia e População, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo o levantamento, 53% dos pesquisados acreditam em melhoria da situação econômica, contra 21% que acreditam que nada deve mudar em 6 meses e 22% que acreditam em piora no mesmo período. Realizada pelo Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem (IPRI), a pesquisa ouviu 2.004 pessoas em todas as unidades da Federação entre 14 e 19 de setembro.

Em relação ao momento atual, 24% da população considera boa a situação da economia, 36% consideram regular e 38% afirmam que a situação está ruim ou péssima.

A percepção varia conforme a região do país. A melhor avaliação está no Nordeste, onde 32% dizem que o desempenho atual da economia está ótimo ou bom. O percentual cai para 23% no Norte e no Centro-Oeste, para 20% no Sudeste e para 18% no Sul. Em contrapartida, o Norte e Centro-Oeste lideram a avaliação ruim ou péssima, com 44%, seguido pelo Sul (43%), pelo Sudeste (39%) e pelo Nordeste (30%).

A pesquisa também perguntou a expectativa dos entrevistados sobre os indicadores econômicos. Ao todo, foram analisados quatro parâmetros: **inflação**, juros nos financiamentos pessoais, desemprego e pobreza.

Em relação à **inflação**, 46% da população acreditam que a **inflação** subirá nos próximos 6 meses, e 29% acreditam que a **inflação** vai começar a cair. Sobre os juros, 39% da população acreditam em alta nas taxas dos financiamentos pessoais no mesmo período, enquanto 24% avaliam que elas devem cair.

Sinais musicais Fruto de um projeto de lei de autoria da deputada estadual Dra Lidiane Lucena (Republicanos), o governador do Estado, Fábio Mitidieri, sancionou nesta segunda, 23, a Lei n. 9.305,

que determina a substituição das sirenes e sinais sonoros tradicionais por sinais musicais adequados aos alunos com sensibilidade auditiva nas instituições de ensino de Sergipe, sejam elas públicas ou privadas.

120 dias A nova lei entrará em vigor 120 dias após sua publicação e determina que as escolas se adaptem e substituam as sirenes por sinais musicais, de modo a, assim, evitar situações de desconforto sensorial e possíveis episódios de pânico entre os alunos. As normas e orientações para a realização dessa mudança serão expedidas pelo Governo do Estado.

Emendas O prefeito Edvaldo Nogueira reuniu, na segunda-feira (23), os vereadores de Aracaju para anunciar o início da liberação de um novo montante de recursos, provenientes das emendas impositivas individuais.

Liberação Aos parlamentares da base governista, o gestor da capital informou sobre a liberação de R\$ 17,4 milhões para o pagamento das emendas, o que representa mais de 55% dos recursos totais. Este é o segundo bloco de emendas que a gestão municipal repassa. O primeiro ocorreu em agosto e contemplou a Maternidade Municipal Lourdes Nogueira com R\$ 1,3 milhão.

Cobrança Na sessão de ontem, o presidente da Câmara, Ricardo Vasconcelos (Rede), destacou que, segundo o prefeito Edvaldo Nogueira, 154 emendas estão aptas para serem liberadas.

"São 17 milhões de reais que estão disponíveis para serem liberados, mas vamos continuar cobrando para que todas sejam concedidas. Sabemos que 106 emendas ainda estão em análise. É uma notícia boa, mas seguimos aguardando que todas as emendas sejam executadas", pontuou Misoginia Nesta quarta-feira (25), o governador Fábio Mitidieri estará em Brasília para participar do lançamento do programa "Brasil sem Misoginia", às 15h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Violência O evento, promovido pelo Ministério das Mulheres, visa mobilizar a sociedade brasileira e estimular o debate sobre o enfrentamento à misoginia, que compreende o ódio e todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres no país.

Receita Análise realizada pelo Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), indicou que o repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para Sergipe, em setembro do ano corrente, foi cerca de R\$ 333,4 milhões.

Queda Em termos relativos, na comparação com agosto último, o repasse assinalou um decréscimo real de 13,5%, considerando o efeito da **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Já no comparativo com setembro de 2022, houve uma retração real de 5,7% na transferência do recurso.

Municípios O repasse a todos os municípios sergipanos, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), totalizou aproximadamente R\$ 157,7 milhões, apontando decréscimo real de 1,8%, em comparação com setembro do ano que findou. Já em relação a agosto último, houve aumento de 5,1%.

Fundeb O repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) totalizou aproximadamente R\$ 77,2 milhões, assinalando decréscimo real de 17,3%, em relação a agosto de 2023. Já no comparativo com setembro de 2022, houve um aumento real de 7,4% no valor do repasse.

Emendas A Câmara Municipal de Aracaju criou um espaço para que qualquer pessoa possa sugerir uma nova lei para a capital. Além disso, é possível propor alguma alteração ou até mesmo a revogação de uma lei que esteja em vigor.

Mural Todas as iniciativas propostas nesse espaço ficarão disponíveis em um mural digital onde poderão ser visualizadas e adotadas por qualquer um dos 24 vereadores da capital. Por meio dessa proposta, eles podem transformar a ideia em uma ação concreta por meio de um projeto de lei, requerimento ou moção.

Revitalização A revitalização e ocupação do centro da cidade foi tema do pronunciamento do vereador Breno Garibalde (União) na Câmara Municipal de Aracaju (CMA) na terça-feira (24).

Centro Breno criticou o anúncio da reforma do prédio do **INSS**, situado no Centro, onde serão gastos cerca de R\$ 400 mil. "Vão fazer uma reforma que vai custar quase meio milhão de reais e o imóvel vai se manter fechado, sem uso", disse o parlamentar, acrescentando que estão disponíveis recursos do Programa Minha Casa Minha Vida para reformar e requalificar o prédio.

Imposto Na visão do vereador, soluções como a redução da taxa de IPTU seriam viáveis para fazer com que as pessoas que trabalham no centro possam morar perto do trabalho. "O que está acontecendo é o contrário. As pessoas estão indo para as periferias, gerando mais deslocamentos, mais trânsito, mais avenidas e, conseqüentemente, mais problemáticas para a cidade", ressalta.

Religião Projeto de Lei (PL) nº 107/202, de autoria do vereador Pastor Diego (PP), visa estabelecer diretrizes gerais que assegurem o pleno exercício da liberdade religiosa dos cidadãos na cidade de Aracaju.

Aprovado Após intensos debates e apresentação de emendas, a medida passou pela 2ª votação e foi aprovada com 14 votos favoráveis e 4 contra. A iniciativa apresentada pelo parlamentar, surgiu em como resposta à crescente necessidade de assegurar a livre manifestação da fé em uma sociedade plural e diversificada. Na percepção dele, essas liberdades são pilares da democracia e devem ser protegidas.

Aluguel O deputado estadual Georgeo Passos (Cidadania) utilizou a Tribuna da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) para questionar a recente locação de um imóvel pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) no valor de R\$120 mil, destinado a ser utilizado como almoxarifado. Segundo o parlamentar, anteriormente, o mesmo propósito era atendido por um imóvel alugado pelo valor de R\$12 mil.

Relatório no STF Do senador Rogério Carvalho (PT) nas redes sociais: "Hoje (ontem), ao lado de parlamentares que compuseram a CPMI dos Atos Golpistas, entreguei o relatório final ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (foto). Nele, pedimos o indiciamento de 61 pessoas, incluindo Jair Bolsonaro, ex-ministros e ex-comandantes das Forças Armadas.

Com isso, estamos deixando uma mensagem clara de que ninguém está acima da lei e de que não haverá anistia para àqueles que atentaram contra a nossa Constituição e contra o Estado Democrático de Direito.

Espero que esse relatório contribua para a preservação de nossa democracia e o fortalecimento das instituições no Brasil. A busca por verdade e justiça deve sempre prevalecer, não importa quão desafiadora seja a jornada".

Rogério sempre conclui notícias sobre a CPMI com a #SemAnistia #CPMI do Golpe.

# Dólar abre em alta, acompanhando valorização de títulos americanos

## Por g1

O dólar abriu em alta nesta quarta-feira (25), refletindo o aumento nos rendimentos dos títulos públicos americanos, que são considerados os mais seguros do mundo.

O mercado repercute, ao longo do dia, os resultados apresentados por empresas listadas em bolsas de valores ao redor do mundo no terceiro trimestre deste ano. Além disso, no cenário interno, o foco está em Brasília, na expectativa pelo andamento de pautas econômicas no Congresso Nacional.

Veja abaixo o dia nos mercados.

## Dólar

Às 09h10, o dólar subia 0,16%, cotado a R\$ 5,0006. Veja mais cotações.

No dia anterior, a moeda norte-americana fechou o dia com baixa de 0,47%, vendida a R\$ 4,9927, renovando o menor patamar em quase um mês. Com o resultado, passou a acumular perdas de:

0,75% na semana; 0,68% no mês; 5,41% no ano.

## Ibovespa

O Ibovespa só começa a operar às 10h.

Na véspera, o índice fechou com alta de 0,78%, aos 113.762 pontos. Com o resultado, passou a acumular:

alta de 0,54% na semana; queda de 2,40% no mês; ganho de 3,67% no ano.

## LEIA TAMBÉM

**DINHEIRO OU CARTÃO?** Qual a melhor forma de levar dólares em viagens?**DÓLAR:** Qual o melhor momento para comprar a moeda?

O que está mexendo com os mercados?

A alta do dólar neste pregão acompanha o desempenho positivo dos títulos públicos americanos com vencimento em 10 anos. Em momentos de incertezas - como o atual, com guerras e risco de

recessão no radar - é normal que investidores corram para os ativos que são considerados mais seguros, para diminuir os riscos dos investimentos.

Esse movimento acaba valorizando o dólar frente outras moeda porque as compras desses títulos só podem ser feitas na moeda americana.

Atualmente, as taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) estão entre 5,25% e 5,50% ao ano, no maior patamar em duas décadas, refletindo no rendimento dos títulos públicos do país, que ficam mais atrativos.

Além disso, investidores de todo mundo estão de olho na temporada de divulgação de balanços corporativos, com resultados referentes ao terceiro trimestre de 2023.

Neste pregão, os destaques ficam com Microsoft e Alphabet (a empresa controladora do Google). Ambas apresentaram um resultado positivo: a Microsoft teve um crescimento de 9% no lucro no último trimestre, enquanto o lucro da Alphabet disparou 41,5%. A expectativa agora é pelos resultados da Meta e do IBM.

Já no Brasil, o destaque entre os balanços fica com o Banco Santander, que registou um lucro de R\$2,7 bilhões no terceiro trimestre, abaixo das expectativas de mercado.

Para além dos balanços, no cenário doméstico os investidores aguardam mais informações sobre o andamento de pautas econômicas no Congresso Nacional.

No Senado, o texto da **reforma tributária** pode ser lido na CCJ hoje e a **desoneração da folha de pagamentos** será votada em urgência. A proposta para taxar fundos exclusivos e offshore também está prevista para esta quarta na Câmara, após ter sido novamente adiada ontem, destaca a equipe de análise do BTG Pactual.

## Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/10/25/dolar-ibovespa.ghtml>

# Dólar volta a ficar abaixo dos R\$ 5

**Victor Rezende, Matheus Prado e Gabriel Roca**

Com a estabilização dos rendimentos dos Treasuries de longo prazo e do conflito no Oriente Médio, os mercados domésticos encontraram espaço para uma nova rodada de apreciação na sessão de ontem, em um dia favorável a ativos de risco em todo o globo. Com isso, o dólar fechou abaixo do nível psicológico de R\$ 5 pela primeira vez desde 26 de setembro.

No fim dos negócios no mercado à vista, o dólar era negociado a R\$ 4,9927, em queda de 0,47%, enquanto o Ibovespa subiu 0,87%, aos 113.762 pontos. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 recuou de 11,045% para 10,935% na B3; e a do DI para janeiro de 2027 cedeu de 11,165% para 10,98%.

Os ativos locais continuam a operar bastante atrelados aos ventos externos. E, em um dia no qual a taxa da T-note de dez anos se manteve em níveis mais comportados e afastada dos 5%, os agentes viram abertura para uma valorização dos mercados, mesmo que de forma modesta. Durante a manhã, o dólar se afastou das mínimas com o adiamento da votação dos projetos de taxaço dos fundos exclusivos e "offshore", mas a melhora do humor nos mercados internacionais à tarde fez o dólar se manter abaixo da marca de R\$ 5.

"Estamos vendo, de novo, o dólar tentando cair abaixo da marca de R\$ 5, mas, na minha visão, uma melhora ainda mais forte do câmbio não deve acontecer", diz José Raymundo Faria Junior, diretor da Wagner Investimentos. "Tenho muita dúvida se o dólar conseguiria ir abaixo de R\$ 4,95. É difícil estimar o tamanho dos movimentos, mas vejo pouco espaço para cair. Moedas pares do real caíram e o DXY voltou a subir", afirma.

Faria Junior acredita que o momento parece interessante para posições compradas em dólar para proteção. "Temos uma sazonalidade de saída a partir de agora; cortes na Selic que irão totalizar 1 ponto percentual; e a nossa grande preocupação é com o **PIB** americano, que pode ultrapassar os 5% no terceiro trimestre [em base anualizada], que pode sugerir um tom mais duro sobre os juros por pelo menos mais dois meses", afirma.

Já o profissional da tesouraria de um grande banco acredita que o desempenho "estelar" do real pode ter continuidade, ao ser explicado tanto pelo

posicionamento técnico do mercado quanto pelos fundamentos sólidos de contas externas no Brasil.

"A parte mais importante da história é o habitual aspecto técnico do posicionamento do mercado, já que todos estão comprados em dólar", afirma.

Dados da B3 apontam que os investidores estrangeiros estavam comprados em dólar via derivativos (com dólar futuro, minidólar, cupom e swap cambial) em US\$ 60,44 bilhões até ontem, nível próximo das máximas históricas.

"Temos discutido o quão bom o posicionamento técnico é para vender dólar [contra o real]. Os estrangeiros detêm a maior posição comprada em dólar da história, com os fundos locais adotando uma estratégia usual de "short gamma", aponta o profissional, ao se referir à movimentação dos investidores locais que, apenas na sessão de ontem, ampliaram a posição vendida em dólar em cerca de US\$ 900 milhões. "O real é um "hedge" ruim neste momento." A renovada expectativa por estímulos na China também ajudou os ativos locais na sessão, e Vale ON subiu 2,29%. Já Petrobras ON e PN, que recuaram firme na segunda-feira, recuperaram 1,54% e 1,50%.

0,87% foi a alta do Ibovespa no pregão

**Síte:** <https://valor.globo.com/impresso/20231024/>

# Fundos de debêntures incentivadas crescem

**Liane Thedim**

A ressaca da crise que abalou o mercado de crédito privado no início do ano puxou fortemente a demanda por fundos de debêntures incentivadas nos últimos seis meses. Em bancos e gestoras, os fundos abertos já somam patrimônio líquido (PL) de R\$ 17,1 bilhões, frente a R\$ 14 bilhões no fim de 2022. Já entre os negociados em bolsa, chamados de FI-Infra, as ofertas chegam a R\$ 3 bilhões, segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quase o triplo de 2022, quando somaram R\$ 1,1 bilhão. Para emitir nessa classe de papel, que tem isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas, a empresa precisa estar ligada ao setor de infraestrutura, visto como de menor risco.

"O interesse aumentou porque esses fundos vêm obtendo resultado positivo no ano, enquanto os de crédito em geral ficaram machucados pelo caso Americanas", diz Ulisses Nehmi, CEO da Sparta. Segundo ele, a parcela de debêntures incentivadas no total sob gestão - atualmente R\$ 9 bilhões - quase dobrou e foi de pouco mais de 10% no ano passado para 20%. "E vemos mais potencial porque é um investimento que está caindo no gosto do investidor, mais familiarizado aos títulos privados. Com o benefício fiscal e os juros no nível alto do momento, há muito apelo." A Sparta está entre as gestoras que fizeram oferta com forte procura recentemente. A terceira emissão de seu fundo Sparta Infra CDI FIC FI-Infra (código CDII11) teve demanda para todo o lote adicional e chegou a um total de R\$ 75 milhões. Com a captação, o PL do fundo, que tem 50 debêntures em carteira e pagamento mensal de rendimentos ("dividend yield") de 18,8% ao ano, foi de R\$ 82 milhões para cerca de R\$ 157 milhões.

"O charme do setor de infraestrutura é ter risco menor, porque é regulado, mais resiliente e menos cíclico que o de varejo e imobiliário.

Abrange setor elétrico, saneamento e rodovias, por exemplo." Nehmi comenta que o estoque de debêntures incentivadas hoje no país é de R\$ 240 bilhões, ocupando o espaço do governo, que reduziu seu financiamento ao setor. "Independentemente do cenário macroeconômico, essas empresas continuarão com uma necessidade de funding que não será atendida pelos bancos privados ou públicos.

E o Brasil precisa de muito investimento na área, é nosso principal "gap" de produtividade", diz Ra-

CLAUDIO BELLI/VALOR phael Vieira, corresponsável de investimentos da Arton Advisors.

A Sparta tem dois fundos abertos, com PL total de R\$ 1 bilhão e, na bolsa, dois, com R\$ 600 milhões.

Um dos abertos, inclusive, será fechado até o fim do mês para aplicações, diante da aceleração da demanda.

Atualmente o fundo está com pouco mais de R\$ 500 milhões, tem resgate em 30 dias e meta de CDI mais 0,5% ao ano. Assim como vários outros produtos disponíveis hoje nos bancos e gestoras, faz "hedge"(proteção) das posições, ou seja, por meio de contratos de derivativos, ele faz a troca do indexador do IPCA para o CDI. A lei que criou as debêntures incentivadas determina que o indexador seja um índice de **inflação** e que o prazo seja de, no mínimo, cinco anos.

Na Itaú Asset, a estratégia de debêntures incentivadas já reúne R\$ 4 bilhões. De acordo com Pedro Boainain, chefe de investimentos para fundos de crédito, renda fixa e indexados da gestora, a demanda havia travado no segundo semestre do ano passado, quando a **inflação** estava em níveis baixos.

Depois, em janeiro, os fundos chegaram a sofrer resgates, na onda da crise com Americanas. Em abril voltaram a captar e, nas últimas semanas, afirma, o ritmo acelerou.

A Itaú Asset tem cinco produtos focados em debêntures incentivadas (sem contar os exclusivos). O que faz a mesma operação da Sparta e "troca" o indexador das debêntures do IPCA para o CDI é o maior, com R\$ 2,2 bilhões. Ele tem meta de CDI mais 0,5% a 1%, liquidez em 30 dias e atinge, no ano, 113% do CDI, sem considerar a isenção do IR. Já o que mantém o IPCA como indexador e benchmark tem quase a metade de PL, R\$ 1,3 bilhão, objetivo de superar o rendimento das Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) mais 0,5% a 1% e, no ano, rende 105% do CDI (também sem considerar a isenção do IR).

"Por mais que a gente converse com o cliente sobre a necessidade de se proteger da **inflação**, ele olha para o ganho nominal e compara com indexadores familiares, como CDI, poupança", diz Boainain. "Então, quando a **inflação** está baixa e ele está perdendo do CDI, há uma rejeição ao produto." Como as operações

de hedge reduzem o risco do mercado, a volatilidade do fundo indexado ao CDI fica entre 1% e 1,5% e a do IPCA, entre 5% e 6% ao ano.

Atualmente, muitas pessoas físicas vêm optando por investir diretamente nos papéis. Dados da Anbima, entidade que representa as instituições do mercado de capitais, mostram que elas ficaram com 28,7% de todas as emissões no ano até setembro. Mas Fayga Czerniakowski Delbem, superintendente de crédito da Itaú Asset, chama a atenção para o benefício da diversificação dos fundos. Os da asset, por exemplo, têm 100 papéis diferentes em carteira. "Se o investidor for direto no papel, com R\$ 10 mil ele consegue no máximo comprar dois. Sem contar que paga uma penalidade por sair antes do vencimento." Ela diz que, desde a criação desse instrumento, em 2011, nunca houve a combinação atual de spread (diferença em relação aos juros pagos pelos títulos públicos) e juro real atraentes e isenção fiscal.

Vieira, da Arton, lembra que, além da diversificação, grandes fundos conseguem originar ativos que somente eles compram. "Muitos investidores querem comprar o papel diretamente, mas vemos cada vez mais que esses fundos fogem da briga da oferta pública.

Então a única forma de ter exposição numa carteira diversificada com gestão de portfólio é em num fundo de infra. Cada vez mais a indústria segue para esse produto." Ainda segundo os dados da Anbima, 41,6% das emissões de debêntures incentivadas no ano ficaram com intermediários e demais participantes ligados à oferta.

Na Bradesco Asset, são mais de R\$ 3 bilhões sob gestão nessa subclasse, em duas estratégias. Uma delas também faz as operações de derivativos para "trocar" o IPCA dos títulos pelo CDI e tem R\$ 2,7 bilhões de PL, segundo Ricardo Eleutério, diretor da gestora. "É o maior fundo da indústria", afirma. O que mantém a **inflação** como indexador tem R\$ 270 milhões de PL.

Já na Absolute são dois, um criado há um ano e outro no último mês de junho. O primeiro faz a troca para o CDI, tem PL de R\$ 217 milhões, prazo de resgate de 30 dias e 70 papéis em carteira, segundo Paulo Bokel, gestor de crédito privado da casa. O segundo tem o IMA-B 5 como benchmark, com R\$ 40 milhões - como foi criado há menos de seis meses, a Absolute não pode divulgar o produto para captação por não ter histórico de rendimento. "Nosso maior concorrente é a compra do papel direto.

A tendência é a pessoa física entrar nas emissões primárias, que têm menos descontos de taxas", diz

Bokel, que há um ano chegou à gestora para montar a área de crédito. A Absolute tem hoje R\$ 33 bilhões sob gestão, sendo R\$ 1,1 bilhão em crédito privado.

Na Plural Asset, a busca aumentou a partir de junho, segundo Rafael Zlot, CIO de renda fixa. São dois fundos. O que faz a troca para o CDI tem R\$ 28 milhões, e o que mantém a **inflação** tem PL de R\$ 84,2 milhões. "Nossa expectativa é que a Selic feche 2024 a 9,75%, e nesse movimento de queda de juros esses fundos se beneficiam", diz ele.

A esperada taxaço dos fundos exclusivos, que deve começar a valer em 2024, também vem jogando luz sobre esse segmento.

Segundo gestores, cresceram nos últimos meses as sondagens de family offices e clientes de private banking interessados em investir nos papéis. Atualmente, o dinheiro em fundos exclusivos paga imposto apenas quando é resgatado.

Com isso, o padrão é que os super-ricos adiem os saques ao máximo. Com o projeto em andamento no Congresso, eles devem passar a sofrer incidência do "come-cotas" como os outros fundos, além da taxaço no saque.

Erica Santos, coordenadora da Nova Futura Private, afirma que está recebendo mais consultas sobre esses papéis nos últimos meses. Vieira, da Arton, confirma: "Temos visto esse movimento de busca por alternativas entre nossos clientes. Se ele antes investia em crédito privado dentro de um fundo exclusivo em que postergava o saque para não pagar o imposto, agora poderá fazer a estratégia de crédito fora." Boainain, da Itaú Asset, diz que vem tendo conversas frequentes nessa linha. "Os investidores estão decidindo o que fazer com esse dinheiro que ficava parado no fundo e interessados nesses papéis." Ele afirma que a gestora pode montar fundos exclusivos ou carteiras administradas para esse público, dependendo do porte, nicho em que a Itaú Asset entrou há pouco tempo. Nehmi, da Sparta, também percebeu o movimento.

"Até o começo do ano, quando eu falava com family offices e private banking eles não se interessavam, porque as debêntures incentivadas não cabiam no fundo exclusivo. O cenário mudou."

"Investidores [de fundos exclusivos] estão interessados nesses papéis" Pedro Boainain

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231024/>

# Você sabe montar uma carteira de investimentos? (PagBank)

**Alex FalararoCGA - Estrategista-Chefe do Pagbank25/10/2023 04h00**

Quando você realiza diversos investimentos, seja em fundos, ações, ou títulos da renda fixa, e quer uma análise da combinação deles, dizemos que você quer analisar sua carteira de investimentos. Mas já parou para pensar o que influencia a construção de uma boa carteira?

Ela dá uma visão geral de como seu dinheiro está distribuído e o saldo total que ela possui. Uma carteira deve seguir o que chamamos de alocação de investimentos, que é o quanto cada estratégia de investimentos representa do total da carteira do investidor.

As alocações de investimentos são definidas por especialistas do mercado financeiro. Após uma análise aprofundada sobre as diversas estratégias existentes no mercado (renda fixa, ações, fundos imobiliários, juros, moedas, ouro, entre outros), eles buscam construir uma diversificação para que o investidor consiga melhorar a eficiência de sua carteira, que é medida através de indicadores que relacionam o retorno e o risco esperado desses investimentos.

Uma estratégia é construída tendo em vista um horizonte de longo prazo. São consideradas as características de risco e retorno das diversas classes de investimentos. A tática olha atentamente para o momento e para as tendências que estão sendo exibidas no mercado.

Em uma alocação são definidas as expectativas de risco e retorno para cada uma das classes de investimentos consideradas.

Existem dois tipos de alocação, a alocação estratégica e a tática. Na primeira, são levados em consideração dados históricos de longo prazo que posteriormente serão usados para uma modelagem estatística, enquanto a alocação tática se utilizará desse resultado aplicando modificações que visam o curto prazo.

Uma das modelagens estatísticas mais utilizadas foi a criada por Harry Markowitz. Ela é conhecida como Teoria Moderna de Portfólios, e revolucionou o método de elaboração de carteira de investimentos, rendendo a ele o prêmio Nobel de Economia em 1990.

Essa teoria se baseia na correlação entre os ativos e na formação de infinitas carteiras com diferentes retornos para cada nível de risco, buscando uma otimização de risco e retorno. Assim, facilitando a identificação das carteiras mais eficientes para cada perfil de risco.

Já a alocação tática se utiliza da alocação estratégica e realiza nela ajustes periodicamente de acordo com o momento econômico, perspectivas dos analistas e projeções de mercado com o objetivo de obter retornos adicionais no curto prazo.

Como cada perfil de investidor aceita um risco diferente, então a diversificação das carteiras também será diferente. Normalmente, o investidor mais agressivo aceita mais riscos para tentar obter um retorno maior no longo prazo, enquanto os investidores mais iniciantes preferem apenas proteger seu patrimônio.

Por isso, os bancos, como o Pagbank, trazem carteiras de investimentos prontas para os investidores aplicarem, sem complicação, onde deixam seus especialistas monitorando o mercado diariamente e analisando os produtos onde os clientes devem investir com bastante rigor.

E se você quer conferir mais de perto quais seriam as carteiras recomendadas para o seu perfil, baixe o app do Pagbank e acesse .

Quer saber como economizar e investir, além do que está acontecendo na economia? Conheça e siga o novo canal do UOL "Economize e Invista" no WhatsApp .

Dívidas são um dos principais obstáculos para quem quer organizar sua vida financeira. Pensando nisso, o UOL preparou um aulão para quem quer se livrar das dívidas para sempre e ter mais dinheiro para investir e realizar seus sonhos.

Qual a melhor estratégia para se livrar das dívidas? Dá para começar a investir mesmo endividado? E qual é o melhor investimento para iniciantes? Todas essas perguntas serão respondidas em uma série de três lives.

A primeira live traz o passo a passo para se livrar das dívidas . A segunda live mostra onde e como começar a investir mesmo estando endividado , e a terceira fala sobre como investir para realizar seus sonhos, após sair das dívidas .

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre Como investir para se aposentar sem depender do **INSS**. Para saber mais, acesse este link .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2023/10/25/montar-carteira-de-investimentos-estrategia.htm>**

# 8 dicas para se tornar um empreendedor investidor e criar mais valor (PagBank)

**Gabriel Riva** 25/10/2023 04h00

O empreendedorismo e o investimento são dois campos que têm a capacidade de transformar vidas. Enquanto o empreendedorismo envolve a criação e a gestão de negócios, o investimento se concentra em alocar recursos financeiros de maneira inteligente para obter retornos financeiros. Mas, será que é possível combinar essas duas coisas e se tornar um empreendedor investidor?

É alguém que usa suas habilidades empreendedoras para identificar oportunidades de investimento e aplicar recursos financeiros em empresas, projetos ou ativos com o objetivo de obter lucro. Em outras palavras, um investidor empreendedor não apenas cria negócios, mas também diversifica seu portfólio, a fim de aumentar seus retornos financeiros.

## 1) Educação financeira e empresarial

O primeiro passo para se tornar um empreendedor investidor é buscar conhecimento em finanças e negócios. Isso envolve a compreensão dos princípios de contabilidade, análise financeira, gerenciamento de riscos e estratégias de negócios. Você pode adquirir isso por meio de cursos, workshops, livros e até mesmo por meio de programas de graduação em administração de empresas, finanças ou empreendedorismo.

## 2) Construa uma rede de contatos

Uma rede de contatos sólida é essencial para identificar oportunidades de investimento e encontrar parceiros de negócios. Participe de eventos, conferências, grupos de empreendedores e redes sociais profissionais para conhecer pessoas que compartilham dos mesmos interesses e objetivos.

## 3) Avalie oportunidades de investimento

Uma parte fundamental de se tornar um empreendedor investidor é a capacidade de avaliar oportunidades de investimento. Isso inclui analisar o potencial de retorno, os riscos envolvidos, o mercado-alvo, a concorrência e a equipe de gestão por trás do empreendimento. Realizar uma análise completa antes de investir é essencial para tomar decisões corretas.

## 4) Defina sua estratégia de investimento

Antes de investir, é crucial definir sua estratégia de investimento. Você pode optar por investir em startups, imóveis, ações, títulos ou em uma combinação de diferentes ativos. Sua estratégia deve refletir seus objetivos financeiros, tolerância ao risco e horizonte de investimento.

## 5) Diversifique seu portfólio

Diversificar seu portfólio é uma estratégia fundamental para reduzir o risco de perdas. Não coloque todos os seus recursos em um único investimento; em vez disso, espalhe seus investimentos em diferentes ativos e setores para proteger seu capital.

## 6) Gerencie seus investimentos

O gerenciamento ativo de seus investimentos é fundamental para melhorar seu desempenho. Monitore regularmente o rendimento de seus ativos, faça ajustes em sua carteira conforme necessário e esteja preparado para tomar decisões difíceis quando as situações mudarem.

## 7) Mantenha-se atualizado

O mundo dos negócios e dos investimentos está em constante evolução. Para ter sucesso, você precisa estar atualizado com as últimas tendências, tecnologias e mudanças regulatórias que podem afetar seus investimentos.

## 8) Seja paciente

Não menos importante, seja paciente. O sucesso como empreendedor geralmente não acontece da noite para o dia. É preciso persistência para construir um portfólio sólido e colher os frutos dos investimentos ao longo do tempo.

Empreender e investir no Brasil é, sem dúvida, algo desafiador, mas oferece recompensas consideráveis. Neste contexto, o PagBank, como um banco digital completo, se posiciona como um aliado fundamental na integração dessas duas coisas, fornecendo uma prateleira completa de produtos e serviços que visam simplificar a vida financeira das pessoas e dos negócios.

uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Além disso, em seu aplicativo oferece cursos gratuitos sobre educação financeira e investimentos para pessoa física e jurídica. Ao investir em conhecimento e aproveitar essas ferramentas, os empreendedores brasileiros podem se preparar melhor para os desafios do mundo dos negócios, aumentando assim suas chances de sucesso.

Quer saber como economizar e investir, além do que está acontecendo na economia? Conheça e siga o novo canal do UOL "Economize e Invista" no WhatsApp .

Dívidas são um dos principais obstáculos para quem quer organizar sua vida financeira. Pensando nisso, o UOL preparou um aulão para quem quer se livrar das dívidas para sempre e ter mais dinheiro para investir e realizar seus sonhos.

Qual a melhor estratégia para se livrar das dívidas? Dá para começar a investir mesmo endividado? E qual é o melhor investimento para iniciantes? Todas essas perguntas serão respondidas em uma série de três lives.

A primeira live traz o passo a passo para se livrar das dívidas . A segunda live mostra onde e como começar a investir mesmo estando endividado , e a terceira fala sobre como investir para realizar seus sonhos, após sair das dívidas .

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre Como investir para se aposentar sem depender do **INSS**. Para saber mais, acesse este link .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2023/10/25/dicas-empendedor-investidor.htm>**